

OS BRICS E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL SOB A PERSPECTIVA DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL



Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC)

Endereço:

SCS – Qd, 01, Bloco L – 13º andar
Cobertura – Edifício Márcia
CEP 70.307-900
Brasília/DF – Brasil

Tel.: (61) 3212-0200

Fax: (61) 3212-0216

E-mail: protocoloinesc@inesc.org.br

Site: www.inesc.org.br.

Conselho Diretor

Adriana de C. Barbosa Ramos Barreto
Caetano Ernesto Pereira de Araújo
Guacira Cesar de Oliveira
Márcia Anita Sprandel
Sérgio Haddad

Colegiado de Gestão

Iara Pietricovsky
José Antonio Moroni

Coordenadora da assessoria política

Nathalie Beghin

Gerencia Financeira e Administrativa

Maria Lúcia Jaime

Assessores

Alessandra Cardoso
Cleomar Manhas
Márcia Acioli

Assistente de Direção

Ana Paula Soares Felipe

Comunicação

Vértice / Gisliene Hesse

OS BRICS E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL SOB A PERSPECTIVA DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL



Os BRICS e a Participação Social sob a Perspectiva de Organizações da Sociedade Civil

Realização:

Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), em parceria com a Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP)

Apoio:

Oxfam

Organização Geral:

Fátima Mello

Autores:

Introdução e conclusão – INESC

Brasil

Graciela Rodriguez, Coordenadora do Instituto EQUIT e membro da Coordenação da REBRIP
Adhemar Mineiro, DIEESE e membro da coordenação da REBRIP

Rússia

Anna Ochkina, Institute for Global Research and Social Movements

Índia

Srinivas Krishnaswamy e Sunita Dubey, Vasudha Foundation

China

Dorothy-Grace Guerrero, Focus on the Global South

África do Sul

David Fig, pesquisador associado honorário da Unidade de Avaliação Ambiental da Universidade da Cidade do Cabo e membro do Instituto Transnacional, Amsterdã

Revisão: Eduarda Hamann

Projeto Gráfico: Scriptorium Design

O conteúdo desse livro é de exclusiva responsabilidade do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), em parceria com a Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP), e não pode, em caso algum, ser tomado como expressão da posição da Oxfam.

É permitida a reprodução total ou parcial dos textos aqui reunidos, desde que seja citado(a) o(a) autor(a) e que se inclua a referência ao artigo ou texto original.

Agosto de 2013

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO.....	7
INTRODUÇÃO.....	8
A SOCIEDADE CIVIL DOS PAÍSES BRICS, SEU PAPEL E RELEVÂNCIA	15
ALGUMAS IDEIAS SOBRE O BRASIL E OS BRICS	26
BRICS: UM ESPECTRO DE ALIANÇA.....	33
A ÍNDIA NOS BRICS: SUA IMPORTÂNCIA TANTO DO PONTO DE VISTA DOMÉSTICO QUANTO GLOBAL.....	38
A ASCENSÃO DA CHINA E AS ECONOMIAS EMERGENTES	45
ÁFRICA DO SUL E O BRICS.....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
ANEXOS	66



APRESENTAÇÃO

Os BRICS e a Participação Social sob a Perspectiva de Organizações da Sociedade Civil apresenta um panorama da trajetória e perfil deste bloco de países e traz contribuições de nossos parceiros no Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Através dos textos o leitor identificará um rico campo de especificidades próprias à história de cada país, bem como um conjunto de similares e pontos em comum, que nos ajudam a vislumbrar os desafios a serem enfrentados conjuntamente pelas organizações e movimentos sociais dos países do bloco.

A publicação é uma iniciativa do INESC, junto com a REBRIP (Rede Brasileira Pela Integração dos Povos), e em coautoria com parceiros dos países membros do BRICS, que visa contribuir para a ampliação do debate sobre os BRICS e o papel que a sociedade civil pode e deve ter no sentido de incidir sobre os rumos deste bloco de países. A próxima Cúpula dos BRICS será realizada em 2014 em Fortaleza, Ceará, Brasil, e esperamos que esta publicação contribua para a preparação das atividades da sociedade civil que deverão se realizar em foro paralelo à cúpula dos governos.

O INESC agradece as contribuições dos parceiros e deseja a todos uma ótima leitura.

INTRODUÇÃO

A emergência dos BRICS - bloco integrado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul - como ator global de crescente relevância ocorre em meio à crise de hegemonia vivida pelo sistema internacional. Ao mesmo tempo em que as potências tradicionais perdem dinamismo, cresce a importância econômica e política dos BRICS e cresce também o potencial de mudança na atual correlação de forças no plano global.

O bloco começou a ser citado em 2001 e, em 2006, seus quatro membros originais o anunciam no âmbito das Nações Unidas. Em 2008, ano de eclosão da crise global, ocorre a primeira reunião formal de chanceleres e, em 2009, foi realizada a primeira cúpula de chefes de Estado em Ecatimburgo, na Rússia, com uma agenda fortemente marcada pelos impactos da crise e com a sinalização de que o bloco buscaria uma voz ativa nos grandes processos decisórios do sistema internacional. Em 2010, a segunda cúpula ocorreu em Brasília, Brasil, ainda sem a presença da África do Sul, que foi incorporada ao bloco na terceira reunião realizada em Sanya, na China, em 2011. A quarta cúpula teve lugar em Nova Délhi, Índia, onde foi tomada a decisão pela criação de um banco dos BRICS; a quinta reunião ocorreu em março de 2013 em Durban, África do Sul, e foi marcada pelo debate sobre a criação do banco e sobre a presença e o papel do bloco na África; e a sexta será realizada em Fortaleza, Brasil, em 2014, onde se espera que avancem os detalhamentos acerca da criação do banco, entre outros temas.

O peso demográfico e o crescente poderio econômico dos países que integram o bloco são muito significativos. A população dos cinco países chega a quase metade da população (43%) e força de trabalho (46%) mundiais; o território somado entre os membros do bloco ocupa 26% da área do planeta. Trata-se de países que têm papel central em suas respectivas regiões, muito embora, até o momento, não haja indicação de que farão esforços de aproximação entre as dinâmicas de suas regiões e o espaço dos BRICS. Se em 2003 os BRICS representavam 9% do produto interno bruto (PIB) mundial, em 2009 este percentual já era de 14%. "Em paridade de poder de compra, o PIB dos BRICS já supera hoje o dos EUA e o da União Europeia. Em 2010, o PIB conjunto dos cinco países - considerado pela paridade do poder de compra - havia alcançado já 19 tri-

lhões de dólares, ou seja, 25% do PIB mundial.¹ Analistas calculam que o PIB dos BRICS somado ao da Indonésia seria maior do que o PIB dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Além disso, as economias dos BRICS têm alguma complementariedade e dinamismo entre si, como as relações entre Brasil e China, onde um membro é exportador de matérias primas (como energia e soja) e o outro é importador².

Esse poderio econômico tende a se traduzir de forma crescente em poder político. A formação de um espaço de cooperação econômica, financeira e comercial entre os cinco países é uma novidade de grande relevância no sistema internacional e muitos analistas consideram que o destino do bloco é ser um ator político de peso em um cenário internacional que se torna cada vez mais multipolar e onde as instituições da governança em curso dão claros sinais de esgotamento; uma evidência disso é o fato de, por vários anos, não haver consenso para a aprovação de regimes internacionais em diversas arenas, como os regimes sobre mudanças climáticas (COPs e Protocolo de Quioto), comércio (Rodada de Doha paralisada), receituários de políticas e programas do Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI) perdendo legitimidade e revelando-se totalmente contrários à solução da crise global e com graves efeitos sociais.

A multiplicação de coalizões por fora das instituições multilaterais e as soluções *ad hoc* são, portanto, o sintoma de uma importante transição no sistema internacional, sendo os BRICS um destes sintomas. O IBAS é outro (Índia, Brasil e África do Sul), cuja identidade principal é a reunião de três grandes democracias do Sul. No plano regional, a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) desenha um arranjo que visa à concertação política do espaço regional, de forma autônoma em relação aos Estados Unidos, a partir de uma identidade que transcende as trocas comerciais. Já os BRICS são uma coalizão pragmática, pautada pelo interesse de maximização do poder de seus membros, por meio de sua união, baseada nas suas dimensões territoriais, de população e de poder econômico. Há, porém, muita heterogeneidade entre seus membros, cuja história, cultura e interesses geopolíticos guardam amplas diferenças, o que dificulta um projeto de futuro mais orgânico e estratégico. Dois de seus membros, por exemplo, não compartilham valores e sistemas democráticos adotados pelos demais, o que produz importantes bloqueios para a formatação de uma agenda de interesses comuns de longo prazo.

1 José Luís Fiori – “O Brasil e seu ‘entorno estratégico’ na primeira década do século XXI”, Carta Maior, maio de 2013.

2 Ver tabelas 1 e 2 nos Anexos.

Os BRICS se organizam em torno de dois grandes pilares de atuação. Primeiro, um pilar para dentro, voltado ao fomento da cooperação intrabloco em diversas áreas do desenvolvimento, como comércio, paz, saúde, urbanismo, ciência e tecnologia, agricultura, juventude, atuação conjunta em instituições multilaterais e fóruns globais, entre outras. A este respeito, a Declaração da Cúpula de Nova Délhi delineou as linhas de cooperação intrabloco. Também em Nova Délhi foi dada autorização para o início das negociações para a criação do banco dos BRICS, visando demonstrar capacidade concreta de atuação do bloco frente aos doadores tradicionais. Na Cúpula de Durban, África do Sul, novos passos foram dados nesta direção, sinalizando inclusive que os BRICS, por meio do banco, pretendem ter um papel relevante no financiamento de projetos na África. Muito ainda está em aberto, como a composição de capital, a governança, processo decisório e a abrangência geográfica dos investimentos. Espera-se que na próxima Cúpula, em Fortaleza, Brasil, um dos principais resultados seja o acordo constitutivo do banco.

O segundo pilar é a atuação do bloco na coordenação de posições visando à reforma do sistema internacional. A atuação no questionamento da atual governança global combinada com a tentativa de reformá-la indica que os BRICS não visam substituir as instituições existentes mas sim alterar a correlação de forças e a redução das assimetrias de poder na institucionalidade vigente.

Os BRICS têm atuado em diversas agendas e fóruns da governança global. Uma das arenas de maior incidência do bloco tem sido o G20 e as instituições de Bretton Woods, onde existe maior convergência entre os membros do bloco sobre a necessidade de alteração dos mecanismos de governança. A agenda de reforma econômico-financeira é, sem dúvida, a de maior consenso entre os membros, ao contrário do que ocorre nos temas de paz e segurança, onde China e Rússia têm assento permanente do Conselho de Segurança e os demais membros o demandam – nesta agenda, os membros do bloco parecem ter uma concordância básica a respeito da necessidade de se transitar de um núcleo unipolar para um processo decisório que inclua novos atores, mas não vão muito além disso.

Já nas arenas econômico-financeiras, o bloco atua de forma mais coesa e proativa. No G20, encaminha propostas de enfrentamento da crise econômica global e de reforma da composição das cotas do FMI e de governança do Banco Mundial. Visando ampliar seu peso econômico e político, na Cúpula de Sanya, China, no auge da crise global, os BRICS decidiram contribuir para o Fundo Europeu de Estabilização e fazer um aporte de US\$ 75 bilhões para o FMI (dos quais saíram US\$ 43 bilhões da China, US\$ 10 bilhões do Brasil, US\$ 10 bilhões da Índia, US\$ 10 bilhões da Rússia e US\$ 2 bilhões da África do Sul), visando apoiar a Europa em crise. Na Cúpula de Durban, África do Sul, o bloco

anunciou que realizará cooperação financeira com países de fora do bloco, introduzindo um novo pilar em sua atuação nesta agenda; os BRICS passarão a investir em infraestrutura nos países menos desenvolvidos.

Para além do G20 e das instituições de Bretton Woods, os BRICS consideram o ambiente das Nações Unidas como mais favorável ao processamento de algumas agendas. Este é o caso da arquitetura da cooperação internacional, onde os BRICS resistem em aderir aos regimes dirigidos pela OCDE. Por este motivo, os BRICS não formalizaram sua participação na *Parceria Global* para uma Cooperação para o Desenvolvimento Efetiva, criada no 4º Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda realizado em Busan, Coreia do Sul, em 2011, apesar deste fórum ter consolidado o reconhecimento da cooperação Sul-Sul e não mais apenas a cooperação dos doadores tradicionais no âmbito da OCDE. Em um cenário onde a arquitetura da cooperação internacional, acompanhando a ordem global em transição, se tornou um sistema multipolar, Busan aprovou uma Parceria Global que nasceu dentro da OCDE, muito embora agências da ONU como o ECOSOC (Conselho Econômico e Social da ONU) e o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) também tenham passado a integrar essa parceria. Ao não formalizarem sua adesão à Parceria Global que emerge de Busan, os BRICS sinalizaram que não querem se comprometer com regras e condicionantes para a cooperação Sul-Sul que são implementadas no âmbito da OCDE e que atuarão de forma concertada para retirar cada vez mais a centralidade do Norte na governança do sistema de cooperação.

Isso não significa que a Cooperação Sul-Sul levada a cabo pelos países do BRICS não seja permeada de inúmeros problemas, em especial o fato de que a despeito da retórica da horizontalidade, solidariedade, não-intervenção, intercâmbio de conhecimentos para aprendizado mútuo, na prática, a presença destes países tem sido marcada por problemas similares aos observados na cooperação tradicional Norte-Sul, como a definição de iniciativas a partir de interesses geopolíticos, econômicos, de investimentos e de promoção comercial. No que diz respeito à Cooperação Sul-Sul, portanto, os membros dos BRICS, até o momento, mantêm uma retórica distinta da cooperação Norte-Sul, mas não se diferenciam substancialmente em suas práticas.

Os BRICS buscam reforçar também o ambiente das Nações Unidas quando se trata da agenda ambiental e das mudanças climáticas. Suas posições, via de regra, se ancoram no princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, de modo que os países do bloco – de industrialização tardia e sem domínio de novas tecnologias favoráveis a processos produtivos com baixos níveis de emissões de gases do efeito estufa – não se vejam colocados frente a obrigações e compromissos internacionais que bloqueiem seus anseios de crescimento econômico e de produção industrial. Portanto,

atuam, em geral, de forma defensiva. Têm a seu favor o fato de que os Estados Unidos, que têm grande responsabilidade no conjunto das emissões históricas de gases do efeito estufa, resistem a aderir aos compromissos e regimes multilaterais, como é o caso do Protocolo de Quioto. Essa postura deixa margem para que os BRICS defendam com alguma margem de conforto a institucionalidade multilateral nesta agenda, em especial os tratados e convenções assinados no Rio de Janeiro em 1992 durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento quando, entre outros regimes, foi criada a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima que rege as negociações nesta área até hoje.

Até o momento, portanto, os BRICS tendem a se mover combinando, ao mesmo tempo, a criação de novos polos de poder e uma atuação voltada a fortalecer o multilateralismo. Porém, para que o sistema internacional seja substancialmente democratizado, não basta que novos atores sejam fortalecidos; é preciso que novas agendas – de enfrentamento das desigualdades, de fortalecimento dos direitos humanos, de participação social e de justiça ambiental e climática – sejam valorizadas e defendidas pelos novos atores. Este é o grande desafio dos BRICS.

Apesar dos esforços visando à redução da pobreza levados a cabo por alguns países nas últimas décadas, o mundo continua extremamente desigual e os países do BRICS também. Quase todos os membros do G20 registram crescentes desigualdades de renda, enquanto a mesma cai em alguns países de renda mais baixa. Entre os países do BRICS, Brasil e China tomaram importantes iniciativas visando à redução de seus índices de pobreza; entretanto, os níveis de desigualdades dentro dos países seguem altos, embora suas economias nacionais tenham reduzido as distâncias em relação aos países mais ricos³.

O Quadro 3, anexo, evidencia que os BRICS ainda são extremamente desiguais, inclusive em relação à OCDE. Dentro do bloco, África do Sul e Brasil são os mais desiguais, muito embora a comparação com a década de 1990 evidencie que o Brasil foi o único país do BRICS onde as desigualdades de renda diminuíram; em todos os demais membros do bloco e também na OCDE, as desigualdades aumentaram (em especial na China e Índia) entre o início da década de 1990 e o final dos anos 2000.

Os direitos humanos são um grande desafio para o bloco e expõem as dificuldades para os BRICS constituírem um projeto comum de futuro orientado por uma agenda demo-

3 Nota – Courtney Ivins - “Inequality Matters – BRICS Inequalities Fact Sheet”, BRICS Policy Center and Oxfam, s/d.

crática. Uma coisa é defender a redução das assimetrias entre Estados nacionais e a democratização da ordem internacional, algo que o bloco tem feito com eficácia. Outra, muito mais difícil, é construir a democratização, a cidadania e o fortalecimento dos direitos humanos no interior nos países que integram o bloco. As políticas da China, por exemplo, em relação ao trabalho são uma gigantesca fonte de violações de direitos e de pressão pelo rebaixamento dos padrões que regem as relações trabalhistas no mundo, tanto em relação aos salários quanto às condições de trabalho e processos produtivos.

Os imensos desafios existentes nos BRICS relativos ao enfrentamento das desigualdades, das violações de direitos e da construção de sociedades mais justas e democráticas exigem que a participação social seja fortalecida dentro e entre os membros do bloco. A participação é a via pela qual se torna possível disputar e democratizar o processo decisório acerca da destinação da riqueza produzida, favorecendo a sua distribuição. Hoje, observa-se que os membros do bloco não são dotados de mecanismos de participação adequados. Em alguns países, às organizações e movimentos sociais é destinado o papel de prestadores de serviços e de executores de programas e não lhes é aberta a possibilidade de serem atores no plano da política; em outros países, estas organizações e movimentos têm sido, com frequência, criminalizados e perseguidos por suas atividades de resistência, mobilização e formação cidadã.

Iniciativas levadas a cabo pelos BRICS ainda carecem de definição dos mecanismos de viabilização da participação social. Este é o caso, por exemplo, da ausência de mecanismos de transparência, acesso à informação e prestação de contas nas negociações para a criação do banco do bloco. É o caso também da decisão de destinação de US\$ 75 bilhões para o FMI, uma instituição que mantém um receituário de políticas de austeridade altamente questionáveis. Como foi o processo de tomada desta decisão? Que atores participaram? A sociedade e os Parlamentos dos países que integram o bloco não foram consultados.

Até o momento, as instâncias de participação existentes no bloco são um Fórum Empresarial e um Fórum Acadêmico. Parece não haver consenso entre os países do bloco acerca da inclusão da participação de organizações e movimentos sociais. O debate sobre a criação de algum mecanismo institucionalizado de participação social no bloco terá que ser realizado na próxima Cúpula, que ocorrerá em Fortaleza, Brasil.

Em um cenário global marcado por respostas à crise com políticas de austeridade que retrocedem em direitos conquistados e aumentam desigualdades, os BRICS têm a possibilidade de reforçarem seu papel como ator global defendendo o oposto das

potências tradicionais: fortalecer direitos, reduzir desigualdades e abrir espaço para a participação cidadã na definição de seus rumos futuros. Esta publicação é uma contribuição nesta direção.

A SOCIEDADE CIVIL DOS PAÍSES BRICS, SEU PAPEL E RELEVÂNCIA

Graciela Rodríguez

Coordenadora do Instituto EQUIT e membro da Coordenação da REBRIP – Rede Brasileira pela Integração dos Povos⁴

OS BRICS E SUA RELEVÂNCIA ATUAL

Uma das maiores novidades no cenário internacional dos últimos anos foi a enorme relevância que passaram a ter os países emergentes durante a crise global, principalmente os maiores deles, os chamados BRICS⁵.

O nascimento da sigla aconteceu em 2001, em artigo do economista do Banco Goldman Sachs, Jim O’Neill, que estudava o potencial para investimentos de diversos países do Sul, mas foi só em 2009 que o grupo se formalizou na Cúpula de Chefes de Estado realizada em Ecaterimburgo, Rússia. Ali, o grupo se reuniu pela primeira vez e elaborou sua declaração inicial, assentando as bases conjuntas para esta nova articulação geopolítica global, que se completou em 2011 com a incorporação da África do Sul.

Entretanto, é possível rastrear as origens e as primeiras iniciativas desta articulação de países para além da criação da sigla, pois elas são anteriores à criação do grupo e têm relação com as profundas novidades que o início do século trouxe ao cenário internacional. Talvez o indício de maior relevância remonte ao começo da década passada, quando prevaleciam como grandes atores internacionais os EUA e a Europa, e em particular as economias do chamado Grupo dos 7 (G7). Esses países já desenvolvidos assistiram, com certo desdém mas não sem temores, às projeções de crescimento continuado de China, Índia, Rússia e Brasil, que desde então apontavam que a soma de seus PIBs seria, já em 2018, maior do que a economia norte-americana.

4 www.equit.org.br/novo/ e www.rebrip.org.br/.

5 Articulação político-estratégica internacional que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

A aproximação política entre os países BRICS foi sendo evidenciada e construída em diversos fóruns globais, especialmente na ONU e nos encontros do FMI e BM, mas também no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), entre outros. Apesar das diferenças entre os países BRICS em termos de participação e ênfase no comércio mundial, foram Brasil, Índia e China e, posteriormente com o ingresso de África do Sul, que criaram em 2003⁶ o chamado G20 agrícola na OMC, elemento fundamental na rejeição da proposta na área da agricultura dos EUA e da União Europeia e sua tradicional liderança nas negociações. Assim, assumindo e liderando a iniciativa, inicialmente brasileira, contra a liberalização agrícola e a manutenção dos altos subsídios à produção interna e à exportação agrícola dos países mais desenvolvidos, este G20 conseguiu mudar o rumo das negociações em agricultura, dando uma guinada nas tradicionais relações de poder nas negociações comerciais. Este foi certamente um dos grandes momentos de aproximação estratégica entre estes países emergentes, que acabou permitindo explicitar a necessidade de maior aprofundamento e consolidação dessa articulação para expressar a mudança na dominância do Norte nos fóruns da governança global.

Mas foi em 2006, por ocasião da Assembleia Geral da ONU, que os países BRICs se reuniram informalmente pela primeira vez com o objetivo de apontar o caminho para a criação de um fórum mais permanente de aproximação estratégica, que, entre outros temas, incluiria o apoio de China e Rússia ao interesse de Índia e Brasil de terem assentos permanentes no Conselho de Segurança da ONU.

Já em 2008, com a explosão da crise econômico-financeira global, os países BRICs e outros dos chamados emergentes, que mantinham importante crescimento econômico, foram convidados a compor o G20. O convite do G7 (que, em algumas ocasiões, incluía a Rússia e se transformava em G8) foi feito aos BRICs e a outros emergentes porque estes se tornaram imprescindíveis para a recuperação econômica dos países centrais frente à crise financeira, graças ao alto nível de reservas monetárias com que contavam.

A I Cúpula de Chefes de Estado e de Governo dos BRICs realizada em junho de 2009, em Ecaterimburgo, ocorreu em seguida à realização da primeira reunião do G20 financeiro, convocada às presas em Washington em novembro de 2008. Esta origem formal muito ligada aos debates e disputas que se condensaram e vieram à tona desde a formação do G20 financeiro evidencia parte da relevância dos BRICS, que se formalizaram basicamente para dar conta dos “novos” desafios da governança global. Desafios estes cuja construção eles mesmos contribuíram durante a última década e que passam pela su-

6 A Rússia só ingressou na OMC depois de muitos anos de negociação, em 2011.

peração do sistema hegemônico unipolar e o começo da multilateralização do cenário internacional.

A partir de então, diversos têm sido os acordos e pontos aprofundados, de forma convergente, pelos países BRICS, e tais aspectos revelam a importância dos BRICS no atual cenário internacional, pois expressam não só uma perspectiva econômica em comum, mas também a conformação de um âmbito político de articulação fora do circuito tradicional das potências do Norte.

A começar porque eles, desde o início, reconheceram a importância de empenhar esforços conjuntos para o avanço da diplomacia multilateral e um “sistema econômico justo e equilibrado”⁷, reforçando a necessidade da resolução pacífica de conflitos e reafirmando a importância do diálogo em matéria de segurança e paz mundiais, como também a cooperação Sul-Sul para o mundo avançar no desenvolvimento sustentável de acordo com os três pilares: social, econômico e ambiental. O reconhecimento da importância do comércio internacional e um discurso comum contra o protecionismo dos países desenvolvidos também estão entre os elementos convergentes dos BRICS, algo que se manifesta como um posicionamento questionável no âmbito global e principalmente na OMC.

Algumas decisões tomadas em Ecaterimburgo e em ocasiões posteriores são particularmente importantes, como a Declaração sobre Segurança Alimentar, a ênfase no cuidado com a agricultura familiar e camponesa e o acesso a alimentos das populações vulneráveis, pontos de interesse coincidentes entre os países BRICS, defendidos sobretudo por Brasil e Índia, que já tiveram importância decisiva nas negociações agrícolas e que confirmam agora um rumo orientador e de peso relevante para os debates globais nesses temas.

Assim, e relacionado com esta perspectiva, outro ponto de destaque nos acordos de convergência dos BRICS, que é de importância crucial diante de um dos maiores problemas globais, se refere ao compromisso dos países do grupo com a superação da pobreza, que continua sendo uma das características comuns a todos eles e que tem sido parte da agenda prioritária dos mesmos. As modalidades dessa pobreza que têm aspectos semelhantes e, ao mesmo tempo, muito diversos entre os países pode permitir o aprofundamento de um debate fundamental para o mundo, dado que os países BRICS albergam a maior parte dos pobres do planeta. O reconhecimento da diversidade e da

7 Declaração de Ecaterimburgo – www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2009/06/17/cupula-dos-chefes-de-estado-e-de-governo-dos-brics/.

multidimensionalidade da pobreza - especialmente a sua relação com a necessidade de desenvolvimento das áreas rurais e com a segurança alimentar - tem ampliado as possibilidades de formulação de estratégias comuns, inclusive de promover acordos nos âmbitos comerciais, de cooperação e de inovação tecnológica.

Outro aspecto de grande relevância e que é atualmente um dos elementos de maior coesão do grupo refere-se ao papel central primeiro dos BRICS e depois também com a África do Sul, incorporada em 2010, na regulamentação do sistema financeiro internacional para lidar efetivamente com a crise econômica global. Porém, dentro do G20, os países BRICS inicialmente enfatizaram a necessidade de regulação e outras medidas de controle do sistema financeiro mas, de maneira contraditória, entre as principais ações concretas realizadas encontram-se justamente as contribuições financeiras desses países ao FMI, que foram fundamentais para a recuperação das instituições financeiras internacionais (IFIs), justamente quando o Fundo e o próprio Banco Mundial encontravam-se desprestigiados e “enfrentavam a pior crise de sua história”⁸.

Os países emergentes, e entre eles principalmente os BRICS, foram responsáveis pela injeção de ingentes recursos ao FMI — quantias que deram sobrevida e garantiram a recuperação de tal instituição financeira — em troca de reformas na governança global das IFIs e de aumentar as cotas de participação nas mesmas. Estas medidas, que claramente demonstram o novo poder dos BRICS, até agora não foram viabilizadas.

Ao mesmo tempo, e em aparente contraponto, é necessário apontar que a perspectiva talvez mais concreta e promissora desta articulação de países tenha surgido da visão comum e crítica ao papel das IFIs. Nesse sentido, a proposta de criação do Banco dos BRICS surgiu com certo caráter alternativo, frente ao tradicional papel do Banco Mundial, buscando novas formas da arquitetura global de financiamento que possam, na prática, resultar em mudanças significativas no sistema financeiro internacional. Assim, na iniciativa de criação do Banco dos BRICS, aprovado na Cúpula de Durban em março de 2013, está explícito o papel que deve cumprir o Banco com relação à mobilização de recursos dos países emergentes para infraestrutura e desenvolvimento sustentável. Apesar de Durban não ter definido o o perfil institucional e o desenho organizacional do Banco, nem seu modelo de governança e a moeda em que funcionaria, ou se apoiará ou não outros países em desenvolvimento além dos BRICS, a declaração conjunta já aponta para um papel diferenciado ao do BM, na explicitação da necessidade de apoiar um desenvolvimento mais justo e inclusivo na economia mundial. O Banco dos BRICS se tornaria, assim, um dos principais avanços concretos do bloco e

8 Aguiar Diana. “Uma Alternativa desde el Sur” Publicação do I. EQUIT, TNI e Iniciativa PAAR. 2013.

sua relevância em relação ao BM seria inquestionável. De fato, “a proposta inicial seria capitalizar 50 bilhões de dólares, o que representa uma quantia superior aos 29,1 bilhões de dólares oferecidos para políticas de avanço da infraestrutura em países em desenvolvimento pelo Banco Mundial em 2010”.⁹

Finalmente, é relevante apontar que um dos pontos fortes da iniciativa BRICS é que os países que a integram, além de “potências emergentes” como têm sido chamados, são justamente líderes em suas regiões. Esta é uma característica dos países BRICS que tem sido pouco explorada na biografia do grupo e, no entanto, tem fundamental relevância geopolítica e estratégica. Apesar de algumas contradições e disputas, sobretudo entre a China e a Índia pelo determinante papel regional de ambas, o fato de os países do grupo serem chave para suas respectivas regiões pode ampliar duplamente o seu papel global e, ao mesmo tempo, a sua capacidade de provocar mudanças nos âmbitos regionais. Nesse sentido, os rumos da expansão da multilateralidade e da nova arquitetura financeira que os BRICS venham a promover poderão ter fortes impactos regionais no mundo “em desenvolvimento” e sua causa, então, torna-se crucial para os rumos econômicos e sociais globais.

Entretanto, também é importante enfatizar que, ao mesmo tempo em que os BRICS vão adquirindo esta relevância mencionada no novo quadro geopolítico internacional, a diversidade e as assimetrias existentes entre os países que formam parte da articulação representam também desafios e entraves para o cumprimento de diversas tarefas fundamentais para a democratização do sistema global. Se muitos são os elementos que aproximaram os países BRICS no sentido de formalizar esta articulação, muitas são também as diferenças e desigualdades que podem obstruir ou tornar improvável sua institucionalização ou atuação conjunta em diversos temas.

Existem fortes elementos de apelo comum - entre eles, o fato de serem países de elevada concentração populacional e altos índices de desigualdades sociais, possuidores de vastos territórios com importantes estoques de recursos naturais e de alta valorização no mercado internacional, além de serem economias vigorosas que, nos últimos anos, viram seu papel internacional crescer. Os distanciamentos, porém, não são menores nem pouco significativos.

No caso da agenda da reforma do sistema financeiro internacional, por exemplo, cada um dos países do grupo tem ênfases e aspectos muito diferentes entre si e, assim, a

9 Jesus, Diego Santos. “Os principais pontos na agenda da Cúpula de Durban”. Brics Policy Center. Paper. Março 2013. Disponível em www.bricspolicycenter.org.

possibilidade de aprofundamento da articulação é muito limitada pelos distanciamentos das visões, perspectivas e interesses concretos. Além disso, a própria criação do Banco dos BRICS evidenciou as divergências de interesses e até de momentos políticos de cada um dos países do bloco em uma proposta que é de interesse comum.

Se os interesses econômicos e financeiros são muito diversos, quando são analisadas as divergências políticas e de formas de governo, as distâncias parecem abismais. Os modelos políticos vão desde democracias em expansão, ainda que débeis, como Brasil e África do Sul, ou a Índia, com estratos sociais e desigualdades cristalizadas pelo Estado pós-colonial, até Estados remanescentes do socialismo “realmente existente”, com economias planejadas e de estilo fortemente autoritário — muitas vezes repressivo — como China e Rússia.

Em suma, tanto as possibilidades como os obstáculos são muitos e o processo de construção do bloco bem como a sua interação no âmbito global determinarão a sua efetiva consolidação e importância histórica.

O BRASIL NO SISTEMA INTERNACIONAL

A política exterior do Brasil tem sofrido mudanças muito significativas nos últimos anos, relacionadas evidentemente com a orientação política do governo Lula desde o início do seu mandato, a partir de 2003. Entretanto, essas mudanças também foram tecidas em uma conjuntura internacional favorável e de profundas e aceleradas mudanças geopolíticas, para as quais o próprio posicionamento brasileiro foi fundamental. Dentro do novo contexto internacional, o Brasil foi convidado a participar do grupo das 20 mais importantes economias do mundo e isto evidentemente tem gerado mudanças de peso na lógica de sua política internacional.

O papel de liderança do Brasil no cenário regional também tem sido amplamente mencionado e reconhecido pelo conjunto dos países, tanto por seu peso e vigor econômico, como também pelas apostas políticas que o país tem feito nos últimos anos, tanto em acordos regionais (Mercosul, UNASUL e mais recentemente na CELAC), como multilaterais.

A partir justamente da crise financeira global que modificou de maneira substantiva o contexto internacional, o Brasil tem procurado valorizar sua atuação nos diversos cenários internacionais, nas tradicionais relações Norte/Sul, como também nas estratégicas articulações Sul/Sul, dando especial relevância ao processo de conformação dos BRICS.

Se, por um lado, o Brasil tem mantido a estratégia anterior de consolidar a sua inserção internacional e o papel de *global trader*, por outro lado, nos últimos quatro anos especialmente, o país tem procurado impulsionar e adensar sua aliança com os países BRICS, com o objetivo de cumprir um papel mais relevante dentro do G20 e do sistema da governança global.

Nesta perspectiva, o Brasil tem priorizado sua participação nos BRICS para fazer avançar a pauta de fortalecimento do multilateralismo, com a qual o conjunto dos países desse bloco concorda, bem como de tentar promover algumas mudanças no sistema financeiro internacional e especialmente no papel dos emergentes dentro das IFIs.

Assim, uma importante ação do Brasil dentro do G20 foi a de fortalecer seu papel como sócio contribuinte do FMI (aumentando, inclusive, a sua contribuição inicial de 10 para 14 bilhões de dólares), participando, junto de outros países emergentes, do processo de relegitimação do Banco e da arquitetura financeira internacional.

De fato, essa estratégia do governo brasileiro tem lhe permitido o acesso à elite do sistema financeiro global, junto com a China e o resto dos países emergentes.

Desse modo, a estratégia de aproximação dos países emergentes e a participação nos BRICS têm servido para aumentar e fortalecer o papel global do Brasil e, ao mesmo tempo, têm sido a alavanca para seu próprio posicionamento em termos de liderança global e de atuação como “modelo” em diversas propostas políticas, especialmente com programas de combate à fome, de renda familiar, conhecido como Bolsa Família, de apoio à agricultura familiar etc.

Entre os aspectos relevantes desse papel de liderança é necessário reconhecer o engajamento do governo brasileiro em uma perspectiva de defesa do desenvolvimento para os países do Sul, algo que tem sido firmemente colocado e que está na base da nova geopolítica internacional, ou, dito de outra forma, nas perspectivas abertas para a sua estratégia de democratização da governança global.

Considerando esta perspectiva, fica mais evidente a possibilidade de o Brasil afirmar uma pauta democrática no âmbito dos países BRICS, buscando avançar o questionamento das políticas neoliberais e de liberalização comercial e de investimentos, a fim de se reposicionar agressivamente nas soluções para a crise econômico-financeira global. A necessidade de o Brasil reforçar as propostas de regulação do sistema financeiro e de controle das regras para os fluxos globais de investimentos, assim como o seu posicionamento em torno da “guerra cambial” seriam fundamentais para a agenda dos BRICS.

De outro lado, o posicionamento em torno do fortalecimento do papel dos Estados nacionais também se torna relevante diante da atual fragilização dos Estados, promovida pelo neoliberalismo por meio da liberalização e da garantia de segurança corporativa. Apesar das enormes desigualdades entre os regimes políticos dos países BRICS, o que com certeza é um dos maiores empecilhos ao aprofundamento deste processo de articulação, a noção da centralidade do Estado para a superação das desigualdades e a promoção do desenvolvimento é uma perspectiva comum que enfrenta a noção/visão do Estado mínimo e suas novas versões em pauta.

PAPEL E AGENDA DOS MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DO BRASIL NAS INICIATIVAS BRICS

A relevância dos movimentos sociais brasileiros tem sido bastante reconhecida e analisada. O papel das organizações e movimentos sociais influenciando a política nacional, mas também os âmbitos regional e internacional é cada vez maior desde a década de 1980. As mobilizações foram se adensando e alcançando expressões álgidas no processo constituinte de 1988, na luta contra o modelo neoliberal e as privatizações da década de 1990 e especialmente na luta contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) que foi determinante das mudanças políticas não só no Brasil como em toda América Latina na década inicial do século XXI.

Por sua vez, a primeira década do século viu a consolidação e, em certo sentido, a institucionalização da capacidade dos movimentos sindicais e camponeses especialmente, ao mesmo tempo em que permitiu a expansão dos movimentos de estudantes, mulheres e negros e, ainda mais recente, o forte processo mobilizador do movimento indígena, quilombola e dos movimentos territoriais e ambientais em geral.

As estratégias relacionadas com o modelo de crescimento e suas possibilidades distributivas da renda excedente da produção do agronegócio e da terra encontram-se agora desafiadas com a crítica crescente ao modelo extrativista e exportador de recursos naturais, que traz graves impactos territoriais e ambientais, o que tem fragmentado as visões e perspectivas dos diversos movimentos sociais brasileiros.

O atual momento de vigorosas e amplas mobilizações sociais traz desafios políticos enormes e também a necessidade de novas leituras e análises sobre as futuras possibilidades para continuidade do pacto redistributivo sem confronto de classes vivido

no Brasil na última década¹⁰, no sentido de continuar ampliando as conquistas sociais e, sobretudo, de diminuir as desigualdades sociais, de gênero e raça, particularmente. Aliás, trata-se de tema muito caro ao governo atual e aos BRICS em seu conjunto, no qual o Brasil tem desempenhado um papel de “modelo” a ser seguido.

As contradições do velho e reatualizado modelo desenvolvimentista brasileiro, apesar dos avanços importantes alcançados na distribuição de renda e na superação da extrema pobreza, parecem estar se acentuando e talvez chegando ao limite no seu formato de inclusão social através do consumo. Não só os limites ecológicos do planeta, como sobretudo as lutas e enfrentamentos concretos frente ao agronegócio, aos megaprojetos, e à geração de energia, ao custo do deslocamento das populações, dentre outras lutas que se expressam nos territórios, estão exigindo mudanças políticas e socioeconômicas estruturais. Ao mesmo tempo, os protestos de multidões nas ruas do Brasil mostrando a insatisfação generalizada da população, refletem também a necessidade de ampliação de direitos e de políticas públicas, especialmente nos âmbitos urbanos, para onde a população tem sido empurrada nos últimos 40 anos por um acelerado processo de urbanização.

Por isso, resulta arriscado fazer projeções no momento atual sobre o papel dos movimentos sociais, que estão — não só no Brasil como no mundo todo — mudando suas táticas e formas organizativas, mas tudo parece indicar o rumo de avanços e de mudanças qualitativas em sua atuação e densidade.

Por sua vez, a predominância da pauta nacional trará possivelmente um arrefecimento da presença dos movimentos sociais brasileiros nos âmbitos internacionais no curto prazo e, conseqüentemente, junto à sociedade dos países BRICS. Entretanto, isto provavelmente tende a ser provisório, na medida em que muitos aspectos das mudanças da agenda nacional impostos pela correlação de forças dependem das disputas globais para alcançar mudanças na tradicional divisão internacional do trabalho e no desenlace da crise global e alcances da reforma do sistema financeiro internacional.

As iniciativas dos movimentos sociais no Brasil em relação aos países BRICS, apesar de ainda bastante limitadas em número e em conhecimento ou análises acumuladas, têm um peso histórico relativamente significativo, porque elas têm crescido nas lutas globais contra o modelo neoliberal desde meados da década de 1990, mantendo o enfrentamento às condicionalidades das IFIs, se fortalecendo nas batalhas na OMC, nas

10 Singer, André. “Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador”. Companhia das Letras. 2012.

negociações climáticas e na Rio+20 e continuam em diversos âmbitos frente à crise financeira global.

Os movimentos sociais brasileiros, especialmente os sindicais, mas também camponeses, de mulheres e outros, nos últimos anos vêm articulando relações e aprofundando laços políticos com movimentos sociais, em especial dos países IBAS.¹¹ Por outro lado, muitas iniciativas entre diversas organizações sociais dos países BRICS têm sido construídas na base de temas específicos (tais com propriedade intelectual, combate à AIDS, campanha pela soberania alimentar, taxaço às transações financeiras etc.), conformando uma ampla rede e uma base sólida de aproximação dos movimentos sociais dos países BRICS¹².

O desafio para os movimentos sociais brasileiros de aproximação aos movimentos dos restantes países BRICS é estrategicamente importante, apesar de difícil e muito contraditório, como também é fundamental a articulação com as organizações sociais dos países menos desenvolvidos, em particular da América Latina e África. Compreender o papel dos BRICS e incidir sobre a atuação do governo brasileiro dentro dessa iniciativa tornou-se importante para a sociedade civil organizada do Brasil, pois essa articulação é um dos caminhos existentes e com potencialidade de tornar mais transparente e modificar a agenda global no sentido da ampliação da participação dos chamados países em desenvolvimento. Sem expectativas em demasia, já que, como mencionado, as diferenças e os déficits democráticos dos países BRICS não permitem grande otimismo, sua atuação conjunta pode levar à ação mais marcada pelos interesses do Sul global e deve ser pressionada neste sentido.

DESAFIOS E CONCLUSÕES

O sentido de atuação e rumo dos BRICS estará, com certeza, muito ligado à atuação das sociedades civis dos países que formam parte desta iniciativa de articulação. Analisar as semelhanças e diferenças na composição e formas de atuação dos movimentos sociais dos países BRICS excede as possibilidades desta análise; entretanto, tem se tornado a cada dia uma necessidade premente refletir sobre o alcance do papel, não só o que os BRICS podem desempenhar na governança global, como também o das mudanças globais nos próximos anos.

11 IBAS – Fórum de Dialogo formalizado em 2003 entre Índia, Brasil e África do Sul.

12 A próxima reunião do G20 na Rússia pode permitir uma ainda inicial e pequena articulação com seus movimentos sociais.

Por isso, e apesar dos grandes entraves e obstáculos ao aprofundamento da articulação entre os BRICS, eles – junto com as organizações e movimentos sociais de tais países – estão diante da possibilidade e do desafio de promover tais mudanças. A importância da voz coordenada destes países emergentes, que buscam ser ouvidos nos âmbitos globais, se expressa fundamentalmente através do seu principal objetivo de atuação, que é “fortalecer uma nova formulação da governança global”¹³. Porém, será a disputa dos múltiplos fatores políticos destes governos com suas sociedades (e não somente as dos países BRICS) que terá um papel central na determinação do sentido e da orientação das mudanças e conquistas que serão alcançadas no processo de democratização da governança global.

13 Os BRICS na OMC, IPEA. pág 23.

ALGUMAS IDEIAS SOBRE O BRASIL E OS BRICS

Adhemar Mineiro

DIEESE e membro da coordenação da REBRIP

Quando se fala em BRICS, no Brasil, em geral se pensa em um conjunto heterogêneo de países que aparentemente têm uma relação bastante diferenciada entre si.

Com alguns, como a China, observa-se mais a questão da relação econômica, em especial comércio e investimentos. Com outros, como a Rússia, o fato de termos um importante mercado para o comércio de carnes, e o ponto comum de exportadores de commodities minerais. Esse último aspecto também nos aproxima da África do Sul, mas aí também temos uma história recente comum, de luta aqui contra a ditadura e lá contra o apartheid, o que acabou resultando em duas grandes democracias com enormes questões de desigualdade a serem enfrentadas. Este último aspecto, assim como o passado colonial, nos aproxima também da Índia. Mas é bastante difícil observar o que daria liga, unidade, a um grupo heterogêneo e disperso geograficamente.

Entretanto, olhados em conjunto no período mais recente da história geopolítica mundial, a importância desse agrupamento de países parece dar alguma consistência a pensá-lo como grupo. Peso regional, em suas respectivas regiões, busca de afirmação política e geopolítica, crescimento econômico e crescimento do peso relativo no mercado mundial, enormes problemas de desigualdade social e regional a resolver são apenas algumas das características comuns a esse grupo de países.

Mas, mais do que tudo, se poderia apontar a busca da construção de um mundo multipolar como forma de permitir constituir uma nova situação, um novo *modus operandi* nas relações desses países com os EUA, com o qual, por diversos motivos, eles dialogam com uma agenda diferenciada e têm relações onde as situações de cooperação e conflito podem ser registradas muitas vezes em simultâneo.

Em texto do começo do primeiro mandato de Governo Lula¹⁴, o então Ministro de Relações Exteriores Celso Amorim listava uma série de pontos que deveriam servir de orientação para a política externa brasileira dos próximos anos. Entre esses pontos, podemos destacar:

- “A ação diplomática do Governo Lula é concebida como instrumento de apoio ao projeto de desenvolvimento social e econômico do País”;
- A diplomacia brasileira deve ter “uma dimensão humanista, que se projeta na promoção da cooperação internacional para o desenvolvimento e para a paz”;
- Deve se fundamentar em “uma profunda consciência da interdependência entre os destinos do Brasil e os de nossos vizinhos sul-americanos”, o que inclui não somente os acordos econômicos e comerciais, mas também uma integração dos povos, sociedades e culturas;
- Crença que “um ordenamento global multipolar propicia um ambiente mais estável e seguro, proporcionando melhores condições de desenvolvimento para todos”, mas que, para intervir no sentido desse ordenamento, é necessário um ambiente de coesão regional na América do Sul;
- No caso das negociações comerciais multilaterais da OMC, isso significa também uma visão mais ampla, sobre como operar no comércio através do G-20 (grupo de países em desenvolvimento e médios criado durante a Conferência Ministerial da OMC em Cancun, México, em 2003) por dentro dessas negociações, com vistas a servir como um catalizador da intervenção pelos seus interesses e os da região (“Se o conjunto sul-americano aproximar-se de outros países em desenvolvimento, seu peso e sua capacidade de negociação serão potencializados”);
- Ainda no campo comercial, o estreitamento das relações com os países desenvolvidos deveria prosseguir “tendo presente o interesse na ampliação dos intercâmbios comerciais”, quer dizer, com uma ALCA em novos termos, se isto fosse possível, e um acordo com a União Europeia, em que em ambos os casos fosse incluída também a ideia de um aprofundamento do diálogo político entre os países e/ou blocos;

14 Amorim, Celso. Conceitos e estratégias da diplomacia do governo Lula. In *Diplomacia, Estratégia e Política*. Vol. 1, nº 1 (out/2004). Brasília: Projeto Raúl Prebisch, 2004.

- A reforma da ONU;
- A estruturação internacional de novos eixos de negociação política e econômica (em princípio, a articulação “IBAS” – Índia, Brasil e África do Sul, mas também um incremento dinâmico de articulação diplomática e econômica com Rússia e China).

Esses pontos, adaptados com relação a mudanças importantes que se fizeram presentes na conjuntura mundial desde 2004, seguem como fundamentais para a compreensão da estratégia diplomática brasileira desde então.

Vale observar que o último ponto estratégico de orientação da política externa diz respeito diretamente não apenas ao agrupamento BRICS em si, mas também à formação da articulação IBAS.

No caso da constituição do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China, com o “S” vindo posteriormente, quando a África do Sul se juntou ao grupo), existiram duas ideias importantes, juntando o que era considerado espaço econômico relevante fora da chamada “tríade” (EUA, Japão e Europa).

Com Índia e África do Sul (o chamado grupo IBAS, também estruturado e operando), para formar uma espécie de “grupo do andar de baixo”, de importantes países em desenvolvimento regionais formalmente democráticos e operando de acordo com a tríade, não apenas para expandir o comércio, mas para levar adiante uma agenda mais estrutural incluindo temas comuns como desenvolvimento, distribuição de renda, relação com movimentos sociais e sustentabilidade, entre outros. Além disso, vale destacar que esse conjunto de países reivindica, de alguma forma, pelo seu peso diplomático e geopolítico, a participação permanente no Conselho de Segurança da ONU, o que já é detido pelos dois outros participantes do BRICS.

E, em seguida, caminhar para uma discussão no “andar de cima” com Rússia e China (membros do Conselho de Segurança da ONU), incluindo os temas do G-20 econômico, Nações Unidas, instituições financeiras internacionais, aspectos financeiros do desenvolvimento (e, de novo, a importância de propostas como o Acordo Contingente de Reservas, do chamado “Banco dos BRICS”, e a ideia de um sistema para permitir o comércio em moedas nacionais entre os países BRICS). Entretanto, existem muitas diferenças (políticas, sociais, étnicas, militares, econômicas, geopolíticas e outras), incluindo a diferença fundamental de perspectiva relativa ao cenário global no presente e no futuro próximo, onde alguns dos membros do grupo têm uma posição bem mais privilegiada do que outros.

No caso do Brasil (e da África do Sul), comparado com os outros membros do grupo dos BRICS, existe ainda uma diferença fundamental: o poder das corporações transnacionais dos países desenvolvidos dentro dessas duas economias nacionais, significando que muitas decisões estratégicas relativas a investimento, tecnologia, estratégia comercial e como organizar as cadeias produtivas, entre outras, são tomadas fora do país.

Assim, de certa forma, a estratégia brasileira de “apostar” em uma articulação como os BRICS acaba por se inserir em uma visão mais geral de que, jogando em vários “tabuleiros” ao mesmo tempo, é possível ganhar sinergias, ao invés de pulverizar e enfraquecer iniciativas.

O grupo BRICS é bastante funcional no esforço realizado pela política externa brasileira no período recente. Ele permite, de certa forma, acumular forças para quase todos os grandes movimentos diplomáticos brasileiros em quase todos os cenários em que o país está se movendo simultaneamente, com talvez uma importante e estratégica exceção, que é o tema da integração regional (e, mesmo assim, pode ainda ser feita uma avaliação de que o tema da integração regional latino-americana é um ponto nevrálgico de contradição entre o Brasil e os EUA e, portanto, a articulação com os demais países dos BRICS pode operar no sentido de acumular forças para as negociações que se farão necessárias com os EUA dentro dessa estratégia de integração regional).

A ideia de que a ação diplomática se concerta com o estabelecimento de um novo projeto de desenvolvimento social e econômico para o país é bem clara no que poderia ser mencionado como uma “estratégia BRICS”. A busca por estabelecer políticas públicas que possam de alguma forma dialogar com o tema da desigualdade regional e social, e contribuir para a sua diminuição, é um desses aspectos. Além disso, uma estratégia de diversificação de relações econômicas, onde uma estratégia defensiva que permita de certa forma administrar a vulnerabilidade externa, como o Acordo Contingente de Reservas (que permitiria aos países do bloco se socorrer mutuamente em caso de dificuldades no balanço de pagamentos, ou seja, como levantam alguns, uma espécie de “FMI dos BRICS”) pode se articular com estratégias ofensivas de desenvolvimento, como o acerto para ampliar o comércio mútuo a partir da utilização de moedas locais pelos cinco países do grupo, ou como o Novo Banco de Desenvolvimento, ou Banco de Desenvolvimento dos BRICS, que permitiria potencializar os investimentos em empresas e projetos, no interior dos países do bloco ou fora dele. No caso do comércio, entretanto, há que se observar certo desbalanceamento no próprio interior do grupo, pois se é verdade que no agregado crescem as relações comerciais no grupo, quando se observa mais de perto esse crescimento acaba se concentrando (de forma clara) nas relações comerciais bilaterais de cada um dos países do grupo com a China.

No caso da visão “humanista” da diplomacia brasileira, a articulação BRICS permite à diplomacia nacional ganhar de alguma forma “musculatura” para, articuladamente, operar no cenário internacional mais geral. Para o Brasil, no caso da atuação com os países BRICS, isso passa a significar uma mudança na tradicional forma de focar na América Latina. Os movimentos da diplomacia brasileira no tema diplomático envolvendo o Irã e a Agência Internacional de Energia Atômica e recentemente sobre a Líbia e a Síria provavelmente não teriam sido efetuados fora do contexto da participação no grupo de países BRICS, que demanda muitos esforços da diplomacia brasileira para tomar posições mais globais.

No caso da estratégia comercial, deve ser apontado ainda que essa aliança potencializa a organização do chamado “G-20 comercial”, agrupamento que se articula e atua no interior da OMC, e do qual Índia, África do Sul e Brasil são peças-chave desde sua criação, e do qual passa a participar de forma mais desenvolvida no período recente a China. Isto é, acaba atuando no sentido de reforçar a capacidade de intervenção brasileira em um fórum multilateral da importância da Organização Mundial do Comércio.

No caso do G-20 dos líderes mundiais, que se constitui a partir da eclosão da crise econômica mundial em 2008, o grupo BRICS permite ao Brasil uma capacidade de intervenção no interior do G-20 que, de outra forma, seria absolutamente impossível de ser obtida. Nesse grupo, os países que formam o BRICS também apresentam uma enorme diferença na sua integração. Enquanto a Rússia já era país-membro do antigo G-8 (que era o G-7 – EUA, Inglaterra, França, Alemanha, Japão, Canadá e Itália – mais a Rússia) e a China, pelo volume de reservas e peso no comércio mundial, poderia até participar de um G-2, uma espécie de *tête-à-tête* diretamente com os EUA (o que talvez não fosse propriamente interessante para os chineses, pois a criação de uma agenda direta com os EUA abriria também uma possível enorme área de conflito potencial que, dentro de uma agenda plurilateral como a do G-20, acaba se reduzindo, ou pelo menos se diluindo), para os outros três membros dos BRICS, ainda que de formas diferenciadas, a formação do grupo os torna de certa maneira muito mais protagonistas no interior das distintas discussões que acontecem no interior do G-20 do que o poderiam ser de forma não articulada neste grupo, ou mesmo se configurassem apenas uma articulação IBAS. Os pontos centrais da articulação BRICS no interior do G-20, até aqui, foram a defesa de uma estratégia alternativa de enfrentamento à crise que não passasse necessariamente pela política de ajuste defendida pela União Europeia e a reforma do poder no interior das instituições financeiras multilaterais, particularmente o Banco Mundial e o FMI. Curiosamente nos dois temas os BRICS têm se contraposto muito mais à União Europeia que aos EUA.

Na medida em que se estreitarem os laços entre os países BRICS, é possível também que uma atuação mais coordenada nos temas do Sistema ONU apareça. Entretanto, é fundamental reconhecer que aí existe uma agenda mais antiga e uma história, situações assimétricas no interior do grupo (como foi dito antes, enquanto a Rússia é membro desde a fundação da ONU, em 1946, do grupo de países permanentes do Conselho de Segurança, antes sob a denominação mais abrangente, mas hegemônica pelos russos, de URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – e a República Popular da China desde 1971, Índia, Brasil e África do Sul quando participam o fazem na condição de membro eleito, sem poder de veto), posições sedimentadas que mudam com muito mais dificuldade, entre outras situações. Ainda assim, no período recente, os países que formam o BRICS tentam se consultar e coordenar de alguma forma nos temas da agenda da ONU, de modo a que não haja maiores conflitos e situações desconfortáveis para a continuidade de uma agenda de discussões crescentemente aprofundada entre eles.

Finalmente, deve ser apontado que quatro dos países que compõem os BRICS, no caso todos menos a Rússia, se articulam e buscam formular conjuntamente posições nos temas da agenda das conferências de mudanças climáticas das Nações Unidas, configurando o chamado “Grupo BASIC”. Os países têm tido participação de bastante protagonismo a partir da criação do grupo, no processo da 15ª. Conferência das Partes (COP-15), em Copenhague, Dinamarca. A ausência da Rússia se deve ao fato de o país ser um importante exportador de *commodities* energéticas (petróleo e gás) e portanto, com posições bastante defensivas (mais conservadoras) em relação ao tema das mudanças climáticas.

No que diz respeito ao tema da participação social e os BRICS, antes de mais nada é necessário apontar que a situação atual é de pouco conhecimento das várias sociedades nacionais sobre os temas da agenda dos BRICS. Entre países como Brasil e África do Sul há muito mais pontos em comum na agenda e uma maior relação entre as sociedades e movimentos sociais de ambos, um pouco menos em relação à Índia (com quem a África do Sul tem mais pontos de interseção, seja pela população de origem indiana existente na África do Sul, seja pelos laços econômicos de ambos os países), mas, no que diz respeito à Rússia e China, as relações são muito mais tênues. Ainda assim, no último período no Brasil tem crescido o interesse a respeito do tema BRICS (em particular pelas relações econômicas contraditórias com a China e as preocupações quanto aos efeitos dos BRICS sobre a expansão das empresas transnacionais brasileiras na África, especialmente mineradoras, construtoras e empresas do agronegócio).

Para o futuro, entretanto, é possível visualizar a criação de muitos mais canais de articulação entre as organizações sociais dos cinco países do que as existentes hoje. Temas como o Banco de Desenvolvimento dos BRICS e outros temas econômicas, com seus efeitos sobre as populações dos vários países, podem representar pontos importantes de conexão entre movimentos e organizações sociais dos cinco países. A troca de experiências a partir de uma agenda nacional de enfrentamento em torno dos temas da desigualdade também pode viabilizar um estreitamento das relações. O movimento sindical, em particular, vem estabelecendo pontos de contato para uma articulação de preocupações comuns nos cinco países, apesar das heterogeneidades que dizem respeito ao mundo sindical de cada país. É possível que essas articulações em pouco tempo apontem, de forma mais direta, à necessidade de criação de espaços de participação social no âmbito dos espaços oficiais de governo dos BRICS, assim como já existem espaços comuns empresariais e acadêmicos.

BRICS: UM ESPECTRO DE ALIANÇA

Anna Ochkina

Institute for Global Research and Social Movements¹⁵

1. A construção do BRICS é artificial de várias formas. Essa aliança é mais visível em debates na mídia do que na prática da política internacional. Mas será que existe uma razão para esses países se unirem a não ser para transformar em realidade as fantasias de especialistas e jornalistas? Sim, existe. Embora sejam bem diferentes em muitos aspectos, eles ainda têm muito em comum:
 - a) sua posição de semiperiferia dentro do sistema capitalista global como países fortes desempenhando papel importante, embora não dominante, no processo da globalização neoliberal;
 - b) suas políticas sociais e econômicas, embora não sigam totalmente os padrões neoliberais, estão dentro da estrutura do modelo neoliberal;
 - c) todos esses países praticam políticas econômicas neoliberais, mas nenhum é ortodoxo a esse respeito (até recentemente, eles podiam combinar a abordagem de livre mercado com alguns elementos de redistribuição social, intervenção estatal e outras medidas que de alguma forma compensavam as falhas de mercado).
2. Cada um dos países desse grupo tem papel específico no sistema capitalista global. Cada um deles oferece recursos que determinam sua posição e função no sistema. O Brasil é fundamental para o abastecimento agrícola, a China fornece mão de obra barata, a Índia oferece força de trabalho intelectual para os setores de alta tecnologia, a África do Sul, minerais e a Rússia, minerais, petróleo e gás. A escala e as condições de provimento desses recursos para o capital global tornam os países do BRICS essenciais para o sistema atual. Contudo, os potenciais econômico, cultural e humano dos países do BRICS são “excessivos” do ponto de vista do papel que desempenham no sistema global.

15 <http://english.igso.ru/index.php>.

3. Podemos representar os países do grupo BRICS como adolescentes que cresceram muito rapidamente, “modernizando-se” depressa demais se encararmos esse processo de uma perspectiva histórica. Isso leva a uma situação contraditória quando o crescimento extraordinário dos potenciais econômico e cultural (pelo menos nos casos da Rússia e da China) não são acompanhados pelo desenvolvimento de tradições políticas democráticas ou pelo envolvimento em massa de pessoas na vida política por meio de auto-organização. O resultado é que nesses países as reformas neoliberais – mesmo quando levam à destruição do potencial econômico e cultural acumulado – produzem altos níveis de tensão social, mas não geram resistência social consciente.
4. Em cada país, embora de formas diversas, o desenvolvimento de um modelo neoliberal de capitalismo cria a necessidade e superar estruturas e relações que contradizem esse modelo. Na Rússia, a agressiva transformação do país em uma economia de mercado foi acompanhada pelo uso de alguns elementos do Estado de Bem-Estar Social soviético. Educação e saúde gratuitas, o sistema de seguridade social e o capital cultural que foi acumulado pelas famílias durante o período soviético ajudaram os russos a ajustarem-se à economia de mercado e até a serem bem-sucedidos. O declínio dos padrões de vida como resultado da “terapia de choque” e das reformas neoliberais posteriores foi real, mas menos doloroso devido às redes de segurança oferecidas pelas estruturas remanescentes do Estado de Bem-Estar Social soviético. Contudo, mesmo essas instituições estão agora corroídas ou destruídas pelas reformas neoliberais. As contradições estão se tornando mais dolorosas. O Estado russo enfrenta uma escolha que tem de ser feita o mais rápido possível. Um caminho é continuar com as políticas neoliberais nos mesmos termos das principais tendências do sistema global, no qual o governo russo quer permanecer, provocando conflitos cada vez maiores com a sua própria sociedade. Ao tentar permanecer leal às instituições econômicas globais e à sua lógica, o Estado se torna cada vez menos capaz de sustentar os mecanismos de compromisso social existentes, usando seus recursos financeiros para tratar dos interesses das massas. O outro caminho é deter a destruição do Estado Bem-Estar Social e reorientar as políticas do governo para sua reconstrução e seu desenvolvimento, mas isso significa um conflito tanto com as instituições globais quanto com a própria elite russa.
5. Os países do BRICS são forças dominantes em suas respectivas regiões. Eles participam de diferentes alianças macrorregionais, mas sempre fazem isso para alcançar metas locais ou regionais. Seu potencial para ir além é ainda muito fraco. No caso da Rússia, suas ambições baseadas na tradição imperial de liderar a Co-

- munidade dos Estados Independentes (CEI) em desintegração e outras alianças contradizem sua própria posição de subordinação na economia global capitalista e nas políticas mundiais.
6. Os países do BRICS são os mais fortes entre os Estados semiperiféricos e isso os torna potencialmente perigosos para o equilíbrio das forças do atual capitalismo global. Isso cria uma precondição objetiva para uma aliança entre esses Estados, tentando aumentar seu peso no sistema mundial. Mas, por outro lado, as elites desses países existem bem confortavelmente dentro desse sistema e não estão interessadas em arriscar essa situação, mesmo quando têm algumas ambições políticas em âmbito global. Sua lealdade às instituições econômicas globais é vista como garantia do seu *status* internacional e até mesmo local. É por isso que os países do BRICS continuam a ser mais um espectro do que uma aliança real, um fator que, às vezes, pode ser usado para chantagear seus parceiros do centro global, mas não um mecanismo de trabalho de integração de sociedades unindo forças para solucionar problemas comuns ou similares.
 7. Não importa quão diferentes sejam as situações específicas nos países do BRICS, eles têm em comum um problema no contexto do ataque global ao Estado de Bem-Estar Social e às suas instituições. Mas o potencial para o desenvolvimento social que, ou permanece sem uso ou foi destruído, é assim transformado em potencial da sociedade para resistência ao neoliberalismo. E esse fator faz dos países do BRICS um lugar onde as pré-condições objetivas para as alternativas anticapitalistas estão emergindo. Esse grupo de países pode se transformar em uma força de oposição à ordem neoliberal, mas apenas na condição de mudança social interna em cada um deles. Infelizmente, isso só acontece quando as sociedades superam sua própria fraqueza e seu próprio controle autoritário. A menos que isso aconteça, a aliança dos BRICS não tem a perspectiva de se tornar uma força global capaz de mudar a ordem mundial.
 8. O modelo que pode ser chamado de “*know-how* dos BRICS” parece estar esgotado. Até certo ponto, as elites locais conseguiram manter satisfeitos tanto as ovelhas quanto os lobos. Isso foi possível em razão dos importantes recursos que esses países forneceram ao mercado global, obtendo algumas vantagens nessa divisão de trabalho. A crise econômica limita essas vantagens, diminui o fluxo de moeda estrangeira nos países do BRICS e o valor real desse dinheiro. Isso leva à intensificação das reformas neoliberais internas, que solapam a base institucional do compromisso social, bem como os mecanismos sociais e políticos de formação de consenso. Seguir as recomendações de instituições globais como a OMC, o FMI

e o Banco Mundial leva a uma transformação ainda mais profunda das estruturas sociais e econômicas. As economias estão sendo cada vez mais orientadas para a demanda cada vez mais enfraquecida do mercado internacional às custas do mercado interno, que também se enfraquece ou não realiza seu potencial de crescimento. Isso intensifica a crise social e os conflitos internos.

9. No caso da Rússia, isso é demonstrado pela crise social crônica que não pode ser superada sem uma mudança das estruturas econômicas e do sistema político atuais. A maioria da população russa ainda baseia suas estratégias de vida na suposição de que as garantias básicas de bem-estar social estão asseguradas, mas suas chances nesse sentido estão diminuindo rapidamente. Dadas as tendências atuais, mesmo as disposições e direitos de bem-estar social que continuam formalmente em vigor se tornarão tecnicamente disfuncionais. Essa política cria problemas não apenas para as massas, mas também para as elites regionais. Tentando cortar custos, o governo federal usa os poderes das autoridades regionais, mas não lhes confere acesso a recursos financeiros adicionais. Na prática, isso significa mais responsabilidade sem mais direitos. Os governos regionais enfrentam uma crise profunda ao tentar lidar com essa nova situação. Na prática, eles têm de ir mais devagar com a implementação das políticas neoliberais introduzidas pelo governo central porque, para eles, essa é a única forma de evitar ou adiar os protestos das massas. Mas isso aumenta as contradições e os conflitos políticos dentro do sistema estatal e cria uma crise de governabilidade real. Ironicamente, na esfera central, isso leva à maior insistência sobre a reforma de mercado, uma vez que as autoridades centrais consideram ser a única forma de superar a “ineficiência” das estruturas burocráticas locais. Essa sabotagem estocástica no âmbito local leva a novas contendas institucionais e à decomposição das instituições estatais, inclusive das mais básicas. A Rússia enfrenta uma catastrófica crise de governabilidade que se soma às crises econômica e social, gerando as pré-condições para uma grave desestabilização política.
10. O esgotamento do modelo de compromisso social cria objetivamente condições para a maior cooperação entre os países do BRICS, os quais têm no mínimo a chance de trabalhar juntos contra as instituições neoliberais globais, exigindo que abrandem sua abordagem. Mas aqui enfrentamos sérios obstáculos:
 - a) Os próprios países do BRICS são dependentes estruturalmente da economia global e da divisão de trabalho existente — suas reformas neoliberais não são produzidas somente sob a pressão do capital global, mas também como resultado dessa dependência.

- b) As elites dos BRICS estão envolvidas na competição global, tentando aumentar seu peso no atual sistema mundial.
- c) As elites domésticas (nacionais) orientadas para o mercado global não estão interessadas em mudar as políticas neoliberais, muito pelo contrário, elas querem intensificá-las.
11. Incapazes de criar uma aliança funcional real, os países do BRICS imitam a construção de uma aliança para fazer pressão no centro global. Mas sua inabilidade e falta de vontade de ir além limita sua chance de usar até mesmo essa ferramenta política. Essa fraqueza é aumentada pela impotência das elites políticas locais, pelo menos em alguns países do BRICS, que carecem de atores políticos capazes de articular e defender os interesses de seu próprio país contra as elites capitalistas globais.
12. Essas características dos países do BRICS e de suas elites fazem com que, em vez de serem uma força que contribui globalmente para a melhoria das condições dos países da periferia, tornem-se a “quinta coluna” do Centro, uma força de apoio subglobal para a estratégia neoliberal. Mas mesmo aqui vemos os BRICS mais como um fator potencial da política mundial do que um bloco de países com recursos extraordinários e uma população de mais de três bilhões de pessoas. Mesmo sob a liderança neoliberal, essa integração pode causar problemas. É melhor ter uma aliança apenas nominal, sem muita substância.
13. As contradições entre sociedade e Estado que vemos nos países do BRICS são basicamente as mesmas do Centro do sistema capitalista, mas aprofundadas pela dependência econômica. Contudo, os países do BRICS têm forte tradição de revoluções e lutas de resistência, que permanecem como parte da memória coletiva das pessoas. Eles têm uma história rica e tradições culturais próprias. Podem ser vistos como base de apoio subglobal para o Estado de Bem-Estar Social. O problema é que o nível atual de resistência e lutas é muito fraco se comparado com o nível objetivo de descontentamento social. Nesse aspecto, o problema é com a falta de subjetividade social. O necessário é uma nova aliança social ou um bloco histórico a ser construído para promover e consolidar essas lutas, tornando-as eficazes em termos de mudança social prática. E mesmo agora temos todas as condições para usar os BRICS como um espaço destinado ao diálogo dessas forças emergentes, trabalhando por uma nova estratégia de transformação social progressiva, tanto na esfera local quanto global.

A ÍNDIA NOS BRICS: SUA IMPORTÂNCIA TANTO DO PONTO DE VISTA DOMÉSTICO QUANTO GLOBAL

Srinivas Krishnaswamy e Sunita Dubey

Vasudha Foundation, Nova Délhi / Washington DC¹⁶

I. A ÍNDIA NOS BRICS: BREVE HISTÓRICO E AVALIAÇÃO

Lançado como grupo ou aliança de apenas quatro países: Rússia, China, Brasil e Índia, os BRIC como acrônimo foi formalizado em setembro de 2006, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas, com uma reunião dos ministros das Relações Exteriores dessas quatro nações.

A primeira reunião dos países dos BRIC foi realizada em junho de 2009, imediatamente após a cúpula do G-20 realizada em Londres em abril de 2009. A agenda e a discussão principais dessa reunião giraram em torno da “crise financeira”. Embora a declaração dos países divulgada após a primeira reunião falasse de cooperação em ampla gama de assuntos, o foco principal da discussão foi, ao que tudo indica, “o tratamento da crise financeira”, o fortalecimento e a reforma das instituições financeiras internacionais com maior participação das economias emergentes e em desenvolvimento, o comércio internacional e os fluxos de investimentos estrangeiros diretos.

O que aparece nas entrelinhas da declaração divulgada após a primeira reunião formal é que esse grupo nasceu como um agrupamento das economias emergentes, claramente para contrabalançar o G-8, representando regiões importantes da América Latina, Ásia, Europa e com a adesão formal da África do Sul em 2011 representando a África, o que transformou o acrônimo BRIC em BRICS.

16 www.vasudha-india.org/.

Alguns analistas políticos que examinaram os fundamentos desse grupo acreditam firmemente que os principais incentivadores da formação do BRICS foram a Rússia e a China. O interesse da Rússia em se unir à China foi principalmente contrabalançar a influência dos Estados Unidos da América, ao passo que para os chineses a motivação para participar do grupo estava ligada a interesses políticos e econômicos. Com o crescimento dos investimentos chineses na África, essa avaliação sobre a China parece lógica.

No entanto, o papel da Índia nesse grupo ainda é uma incógnita, especialmente pelos motivos relacionados a seguir:

- A parceria e cooperação entre Índia e Rússia que existiu nos anos 1980, 1990 e até mesmo 2000, em particular no que concerne a suprimentos de defesa, cooperação em tecnologia espacial e cooperação nuclear estão diminuindo, uma vez que a Índia está buscando outros mercados para suprimentos de defesa e oportunidades de negócios.
- A cooperação comercial e política entre a Índia e a China nunca foi muito forte, a não ser pela posição comum que adotam quando se trata das negociações sobre o clima na UNFCCC.
- Até agora, a Índia não tem demonstrado muito interesse em negócios ou investimentos, seja na África, seja na América Latina, embora recentemente tenha reconhecido potencial comercial desses mercados e tenha feito especificamente alguns investimentos em minas de carvão na África, visando principalmente à segurança energética. Talvez um motivo importante para a participação da Índia seja o uso da influência do grupo (se é que existe) para conseguir um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU junto com o Brasil.

II. A IMPORTÂNCIA DOS BRICS NO ATUAL CENÁRIO GEOPOLÍTICO MUNDIAL

É uma ironia que o conceito do BRIC tenha sido formulado pela primeira vez pelo então economista-chefe do Goldman Sachs, Jim O'Neill, em 2001, com o argumento de que “nos próximos 10 anos”, o peso dos BRIC, especialmente da China, no PIB mundial crescerá, e como resultado os fóruns mundiais de formulação de políticas seriam reorganizados em favor dos países do BRIC.

Apesar de o conceito original dos BRIC ter-se baseado principalmente em “interesse econômico”, é evidente que nenhum desses países tem uma agenda ou um interesse em comum; na verdade, seus interesses são muitas vezes divergentes e conflitantes entre si.

Na atual dinâmica geopolítica, o papel dos BRICS é visto como preenchimento do vazio deixado pelo declínio das potências ocidentais. Em um mundo que se torna multipolar, os BRICS estão definitivamente desempenhando papel crucial e também dando o tom dos debates e das estruturas globais. Além disso, com seus esforços para criar novas estruturas como o Banco dos BRICS, que está sendo retratado como uma alternativa ou um substituto dos países em desenvolvimento para o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, eles, de fato, estão enfraquecendo ainda mais os redutos que até então eram dos EUA e de alguns países europeus.

A questão é se a união dos países dos BRICS é um movimento geopolítico para afirmar seu poder econômico e político comum ou se é apenas um grupo *ad-hoc*, como é considerado por muitos. Como destacado anteriormente, esses países têm muitas diferenças no que se refere à governança, ao crescimento econômico e desafios nacionais. Ainda que como grupo seu produto interno bruto coletivo tenha sido alto na última década, as taxas de crescimento exponenciais da China superam em muito as dos outros, e isso também é verdade com relação aos ativos acumulados. Ademais, a taxa de crescimento de alguns desses países também caiu, ao passo que a taxa de crescimento de outras economias emergentes que não fazem parte do grupo, como Indonésia, México e Coreia do Sul, não só está se equiparando à deles, mas superando.

Além do PIB, há outras discrepâncias entre esses países. Com relação à pobreza e ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a Rússia (0,788) e o Brasil (0,730) estão na mesma categoria intermediária que a China (0,699) e a África do Sul (0,629), ao passo que a Índia (0,554) está no limite entre as categorias baixa e média do IDH.

No que concerne a investimentos e negócios, há muito pouco em comum entre esses países. A China já tem imensos interesses comerciais e de investimento na África e em outras regiões do mundo. Há evidências de que a China está cada vez mais sendo vista com suspeita na África e na América Latina por causa desses investimentos e da maneira como os chineses gerenciam os negócios. Os cartazes vistos em Durban durante a reunião dos BRICS em março deste ano, com os dizeres “Não explorem a África”, mostram claramente que esse grupo também é visto como um “grupo neoimperialista”, embora, certamente entre os quatro países, seja a China quem tem avançado seus interesses comerciais, principalmente na África e na América Latina.

Ainda que os BRICS busquem uma agenda comum em suas várias cúpulas e reuniões, não há indicações de sofisticação ou aprofundamento das relações entre os países do grupo. Isso levanta dúvidas sobre sua estabilidade como bloco sustentado que possa também influenciar a futura dinâmica geopolítica.

III. A POSIÇÃO E O PAPEL DA ÍNDIA NO BRICS *VERSUS* SEU PAPEL E SUA POSIÇÃO EM OUTROS FÓRUNS INTERNACIONAIS

Em termos de participação e articulação de suas opiniões e posições, a Índia tem participado igualmente de vários fóruns internacionais, como G-20, MEF, BASIC, BRICS, IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), entre outros. A Índia foi sede de várias dessas reuniões e até mesmo o primeiro-ministro tem participado dos encontros com regularidade.

As declarações feitas pelos representantes governamentais, geralmente divulgadas após essas reuniões, parecem indicar que a Índia dá muita importância a esses encontros, em particular à última reunião dos BRICS em Durban, da qual participou uma delegação considerável (em termos comparativos relativos), com representantes dos ministérios indianos da área econômica. A Índia também tem sites dedicados à IBAS e aos BRICS: (<http://ibsa.nic.in>) e (www.bricsindia.in/index.html).

Contudo, considerando-se as matérias e os artigos da imprensa, o maior enfoque é na Índia e no BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China)¹⁷ e não no IBAS e nos BRICS, principalmente porque o foco dos países do BASIC é na formulação de suas posições conjuntas nas negociações em andamento sobre o clima na UNFCCC.

IV. COMO O GRUPO DOS BRICS É VISTO NA ÍNDIA? OS INDIANOS O CONSIDERAM UM ATOR IMPORTANTE? EM CASO POSITIVO, QUAL É O PAPEL DA ÍNDIA E DOS BRICS POR SI SÓ?

Considerando a cobertura da mídia das reuniões dos BRICS e também a percepção geral, não é dada muita importância a esse grupo nas esferas pública e política. Na verdade,

17 Essa coalizão de países é focada principalmente nas negociações das Nações Unidas sobre clima, e a Rússia normalmente está do outro lado nessas questões.

a mídia levanta dúvida sobre a lógica da participação da Índia nos BRICS, em particular devido aos interesses da Rússia e da China, e mais especialmente aos investimentos e interesses comerciais da China na África.

O sentimento geral de várias pessoas é de que, até agora, as nações africanas veem a Índia com respeito em razão da sua história e da defesa dos direitos e valores democráticos. O mais importante é que a Índia não tentou explorar os imensos recursos e potenciais comerciais na África, ao contrário da China. O temor manifestado por algumas pessoas é que esse respeito pode se transformar facilmente em hostilidade se parecer que a Índia está apoiando a China na exploração da África. O sentimento geral das comunidades locais e de grupos na África durante a cúpula dos BRICS em Durban indicou claramente que muitos africanos veem os BRICS como um novo grupo imperialista.

Como mencionado anteriormente, a Índia e a China nunca foram parceiros muito próximos apesar de serem vizinhos. O comércio entre os dois países é substancial, com a Índia exportando matérias-primas para a China e importando produtos acabados feitos em grande parte com essas matérias-primas. Mas, fora isso, em várias questões as diferenças de opinião entre eles são enormes. Alguns exemplos incluem:

- a) China inicialmente impôs uma série de condições quando da aprovação do acordo sobre energia nuclear civil entre a Índia e os EUA pelo Grupo de Fornecedores Nucleares (NSG, na sigla em inglês). Em última instância, os EUA forçaram a China a apoiar o acordo no NSG. Agora, a China quer um acordo semelhante para seu cliente e amigo de todas as horas, o Paquistão.
- b) Com relação à ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático), há vários anos a China evita a entrada da Índia, opondo-se vigorosamente à fórmula ASEAN mais seis que inclui a Índia (ASEAN, Austrália, China, Índia, Japão, Coreia do Sul e EUA) e apoiando a fórmula ASEAN mais três (ASEAN, China, EUA e Japão). Vemos também a Índia sendo continuamente excluída da APEC (Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico).

As conversações sobre o Banco dos BRICS e as matérias na mídia sobre a cúpula de Durban expuseram ainda mais as diferenças percebidas entres esses países, especialmente no tocante à localização da sede do Banco dos BRICS. Como a China entrará com muito mais dinheiro nessa iniciativa, quer mais controle sobre a governança e a estrutura do banco. Isso, segundo os analistas, é uma tendência alarmante das diferenças entre os membros do grupo.

Outra área de preocupação é que os BRICS, ao mesmo tempo em que tentam se posicionar como “protetores dos pobres e vulneráveis” e projetar o Banco dos BRICS como uma instituição para tratar dos problemas dos países pobres, têm uma agenda aparentemente semelhante à de todos os outros bancos de desenvolvimento multilaterais existentes. Isso é agravado pelo sigilo e pela falta de envolvimento das organizações da sociedade civil nas discussões das reuniões de cúpula dos BRICS em geral e em especial às vésperas da formação do banco. Isso também fez soar o sinal de alarme entre vários grupos comunitários, principalmente aqueles que mantiveram e continuam a manter uma longa e antiga batalha com grandes projetos de infraestrutura financiados pelo Banco Asiático de Desenvolvimento e pelo Banco Mundial, entre outros. Dessa forma, parece que a agenda do Banco dos BRICS é muito semelhante à das instituições de Bretton Woods.

Por isso, vários analistas acreditam que os BRICS são simplesmente um grupo *ad-hoc* e questionam a continuação da presença da Índia no grupo.

V. SOCIEDADE CIVIL, MOVIMENTOS SOCIAIS E OS BRICS

Quase não há organizações da sociedade civil ou movimentos sociais acompanhando o que acontece com os BRICS, embora alguns grupos que lidam com a Organização Mundial do Comércio e com questões relacionadas ao comércio tendam a se interessar pelos resultados comerciais das reuniões dos BRICS e pelos acordos de cooperação comercial, se houver. Além desses, alguns grupos ligados ao desenvolvimento internacional, como Action Aid International e Oxfam International, acompanham o que ocorre em torno dos BRICS, mas nem sempre há o envolvimento dos órgãos oficiais dos países, embora se mantenham informados e às vezes participem de eventos organizados em paralelo às reuniões de cúpula dos BRICS.

De uma perspectiva indiana, as razões para o limitado envolvimento da sociedade civil e dos movimentos sociais nessa questão são as seguintes:

- a) O papel pouco importante dos BRICS: Como mencionado neste artigo, dá-se muito pouca importância ao papel dos BRICS. Isso se deve principalmente à falta de entendimento da lógica que existe por trás do grupo e à inexistência de grandes resultados políticos e econômicos dessas reuniões de cúpula. Porém, isso pode mudar com o Banco de Desenvolvimento dos BRICS. Muitos grupos já começaram a analisar esses aspectos, uma vez que as matérias da imprensa após a Cúpula de Durban e as reuniões anteriores parecem indicar que a agenda do Banco dos

BRICS não será muito diferente da agenda dos outros bancos multilaterais. Isso de fato põe em alerta vários grupos que têm lutado contra grandes projetos de infraestrutura financiados pelo Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) e Banco Mundial, e o Fórum das ONGs contra o ADB tem entre seus membros vários grupos comunitários da Índia.

- b) Muito pouco se sabe sobre os BRICS: As reuniões e a agenda dos BRICS não são muito transparentes e, atualmente, não há absolutamente nenhum envolvimento de grupos da sociedade civil. Por exemplo, nas reuniões anteriores à reunião de cúpula e nas sessões que precederam a reunião dos BRICS em Délhi foram realizados vários eventos, mas nenhum contou com a participação de representantes da sociedade civil. Houve sessões para representantes de ministérios da área econômica, associações de indústria e comércio e uma sessão dedicada aos jornalistas e editores de veículos de comunicação dedicados à área financeira. Até os acadêmicos foram convidados para alguns eventos, mas nenhum grupo da sociedade civil foi convidado. Para uma visão geral dos eventos organizados em Délhi em torno da reunião de cúpula dos BRICS em 2012, visite www.bricsindia.in/presummit.html Em suma, há muito pouco espaço, ou nenhum, para a participação da sociedade civil nas reuniões dos BRICS ou em suas deliberações.
- c) Além disso, também não há muitos recursos para apoiar grupos da sociedade civil no acompanhamento das deliberações dos BRICS, tampouco das reuniões dos países doBASIC. Isso também se deve principalmente à pouca importância dada a esse grupo, o que parece justo. Contudo, com os novos desdobramentos, como o Banco dos BRICS, a situação pode mudar.

A ASCENSÃO DA CHINA E AS ECONOMIAS EMERGENTES

45

CHINA

Dorothy-Grace Guerrero

Focus on the Global South¹⁸

SE O MUNDO ESTÁ SE TORNANDO MULTIPOLAR E NOVAS RELAÇÕES DE PODER GLOBAL ESTÃO SURGINDO, QUAL SERÁ O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS?

Na última Cúpula dos BRICS em Durban, África do Sul, os líderes do grupo decidiram criar o Banco do BRICS, e a expectativa é que o plano sobre as operações da nova instituição seja apresentado na Cúpula do G-20, em São Petersburgo, em setembro. É cada vez mais aceito que o mundo está entrando em uma fase multipolar no que diz respeito à governança global com a “ascensão do Sul” ou o crescente poder de economias emergentes como China, Índia, Brasil, Rússia e África do Sul (doravante, os BRICS). Muitos também acreditam que, com a estagnação econômica na zona do euro e nos EUA, os BRICS estão ficando mais ricos e adquirindo conhecimento, poder de consumo e peso político para influenciar e reorganizar o sistema global a seu favor. A prolongada crise econômica nos EUA é vista como sinal de que a hegemonia americana está próxima do fim e muitos acreditam que a China, entre as novas potências, é provavelmente a que mais ameaça o domínio americano.¹⁹

Será que o Norte permitirá que os BRICS liderem a governança global? Poderão a China e os novos atores se apresentarem como uma liderança nova e melhor nas várias arenas políticas e nos centros de tomada de decisão? E, mais importante, se a China é vista como principal rival do Norte entre os BRICS, estará ela oferecendo um modelo melhor de parceria com os países em desenvolvimento ou está se tornando uma potência “subimperialista”²⁰ que dará continuidade às mesmas práticas intensas de exploração e

18 <http://focusweb.org/>.

19 Ikenberry, G. John, “The Rise of China and the Future of the West: Can the Liberal System Survive?”, 87 *Foreign Affairs*, janeiro/fevereiro 2008.

20 Patrick Bond definiu subimperialismo como as obrigações de vice-xerife das novas potências, como os países do BRICS, no controle das populações indignadas e dos sertões. O modelo

extração dos recursos naturais dos países mais pobres para aumentar seu próprio enriquecimento? Os movimentos sociais e os acadêmicos ativistas estão cada vez mais receosos que o modelo trazido à baila pela China tenha o mesmo paradigma insustentável e injusto que facilita a acumulação de riqueza por poucos, resultando ao mesmo tempo na expropriação e pauperização dos que já são marginalizados e impotentes.

O PAPEL DA CHINA NA PROMOÇÃO DE UMA ORDEM MULTIPOLAR E OS BRICS

Jiang Zemin incorporou oficialmente o conceito de mundo multipolar (*duoji shijie*) na política externa chinesa durante o 14º Congresso do Partido Comunista da China em 1992, para respaldar a posição do seu país de que um mundo justo e pacífico só é possível com multipolaridade. A política externa da China, desde a liderança de Jiang, reconhece que uma única superpotência sem controle pode ser muito perigosa, como mostram a invasão do Iraque pelos EUA sem a sanção da ONU e as ações de EUA/OTAN no Kosovo.

O Acordo de Parceria Construtiva entre a China e a Rússia de 1994, mais tarde denominado Acordo Estratégico entre a China e a Rússia, em 1996, não apenas sinalizou o fortalecimento das relações entre esses dois países, mas também a preferência deles pela multipolaridade contra a ordem mundial unipolar que surgiu após o colapso da ordem mundial bipolar. A declaração conjunta China-Rússia de 1997 enfatiza que uma sociedade justa só é possível em um mundo multipolar e não unipolar.²¹ A Organização de Cooperação de Xangai é outra manifestação do interesse em promover a multipolaridade.

O precursor dos BRICS foi o grupo Rússia-Índia-China iniciado formalmente pela Rússia em 2002 para servir de plataforma após o enfraquecimento do seu poder com o colapso da União Soviética e os desafios que o país enfrentava com suas fronteiras. O histórico de alianças, tensões, rivalidades e diferenças entre os três países é significativo, mas

de mau desenvolvimento, ecodestrutivo, voltado para o consumismo, super financiado e prejudicial ao meio ambiente dos BRICS funciona muito bem para os lucros corporativos, mas está gerando crises para 99% das pessoas e para o planeta. Veja também o trabalho de Bond "Bankrupt Africa: Imperialism, Subimperialism and the Politics of Finance", *Historical Materialism*, Volume 12:4, Leiden, 2004, pp.145-172.

21 "Declaração Conjunta Sino-Russa", de 10 de novembro de 1997, "Declaração Conjunta sobre as Relações entre a China e a Rússia na Virada do Século", "Comunicado Conjunto à Imprensa sobre os Resultados da Cúpula Sino-Russa", de 10 de novembro de 1998, e "Tratado Sino-Russo de Boa Vizinhança, Amizade e Cooperação" de 2001.

parece que esses problemas estavam sendo superados pelo desejo de fortalecer os BRICS.

A China trabalhou pela inclusão da África do Sul em dezembro de 2010. A inclusão da África do Sul funcionou bem no diz respeito à expansão da representação geográfica do grupo e fortaleceu ainda mais a natureza multipolar e não ocidental dos BRICS. A China atualmente é a potência econômica mais forte do grupo BRICS e a que tem mais influência em sua agenda econômica e financeira.

O Banco do BRICS, lançado em março, mobilizará recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável dentro do grupo e em outros países em desenvolvimento. A nova organização vai complementar os esforços existentes das instituições financeiras multilaterais e regionais para o crescimento e o desenvolvimento global com capital inicial de US\$ 50 bilhões, composto pela contribuição de US\$ 10 bilhões de cada membro do grupo BRICS.

A ASCENSÃO DA CHINA COMO POTÊNCIA GLOBAL: O QUE ISSO SIGNIFICA PARA OS OUTROS PAÍSES DO SUL

Várias previsões indicam que a China superará em breve os EUA como principal potência econômica do mundo.²² Venha isso a ocorrer em 2016²³, como previu o FMI usando a paridade do poder de compra como base de análise, ou em 2020²⁴ ou 2030²⁵, de acordo com o Banco Mundial, as “adivinhativas” concordam que será antes do que indicavam as previsões anteriores.

O papel da China na economia política global atingiu um novo estágio em 2005 quando o país se tornou um novo exportador de capital. A China tem atualmente as maiores

22 Maddison, Angus, 2006, “Asia in the world economy, 1500–2030”, *Asian Pacific Economic Literature*, 20(2): 1–37.

23 Arends, Brett, “IMF bombshell: Age of America nears end, Commentary: China’s economy will surpass the US in 2016”, *Marketwatch, The Wall Street Journal*, 20 de novembro de 2012, http://www.marketwatch.com/story/imf-bombshell-age-of-america-about-to-end-2011-04-25?link=MW_home_latest_news.

24 Shirley, Andrew (org.), *The Wealth Report 2012: A Global Perspective on Prime Property and Wealth*, Knight Frank Research, 2012 <http://www.thewealthreport.net/>.

25 BBC News Business, “China to overtake US and dominate business by 2030”, 24 de março de 2011 <http://www.bbc.co.uk/news/business-12848449>.

reservas de moeda estrangeira do planeta, 54% dos seus US\$ 3,2 trilhões em moeda estrangeira são em dólares americanos²⁶.

Desde a crise financeira mundial de 2008, a China responde por mais de 35 % de todo o crescimento econômico global.²⁷ Pela primeira vez desde 2003, na primeira metade de 2012 a China superou os EUA como maior beneficiária do investimento estrangeiro direto (IED) global. Os dados da UNCTAD mostram que a entrada de IED nos EUA foi de US\$ 57,4 bilhões na primeira metade do ano, menos que os US\$ 94,4 bilhões em 2011, ao passo que a China atraiu US\$ 59,1 bilhões de investimentos estrangeiros nos primeiros seis meses, abaixo dos US\$ 60,9 bilhões.²⁸ Embora de curta duração, já que os EUA recuperaram a supremacia no final de 2012, isso indica que os investidores continuam atraídos por esse imenso mercado.

A prioridade econômica da China é garantir acesso para os seus produtos, assegurar suas fontes de energia, expandir os investimentos no exterior e consolidar sua posição de centro regional e global de redes de produção avançadas. Para os países do Sul, a pergunta mais importante sobre o desafio que a China representa para os EUA e outras potências tradicionais é se essa rivalidade está tornando os outros países em desenvolvimento mais prósperos e estáveis ou se está levando a uma “corrida para o fundo do poço” mais trágica entre os mais fracos.

Os agressivos Acordos de Livre Comércio (ALC) da China têm fundamento em dois objetivos. O primeiro é assegurar o abastecimento de energia a longo prazo e estabelecer fontes de outros recursos naturais de que precisa para suas exportações de manufaturados. O segundo objetivo é expandir seu mercado para várias regiões a fim de permitir a continuidade do seu crescimento. Atualmente, a China tem 14 parceiros de ALC compreendendo 31 economias e regiões, entre as quais Ásia-Pacífico, América Latina, União Europeia, África e Oceania.²⁹ Desde 2002, a China assinou Acordos de Livre Comércio com ASEAN, Chile, Paquistão, Nova Zelândia, Cingapura, Peru e Costa Rica, bem como assinou Acordos de Parceria Econômica com Hong Kong, Macau e Taiwan. O país

26 Orlik, Tom and Davis, Bob, “Beijing Diversifies Away from the Dollar”, *The Wall Street Journal*, 2 de março de 2012.

27 Beams, Nick, “China Slowdown Deepens Global Crisis”, website World Socialist, 16 de agosto de 2012, <http://wsws.org/articles/2012/aug2012/pers-a16.shtml>.

28 Hannon, Paul e Reddy, Sudeep, “China Edges Out US as Top Foreign Investment Draw Amid World Decline”, *The Wall Street Journal*, 23 de outubro de 2012.

29 China FTA Network, <http://fta.mofcom.gov.cn/topic/engcc.shtml> e também www.bilaterals.org.

está negociando ALCs com Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), Austrália, Islândia, Noruega, União Alfandegária Sul-Africana, Japão, Coreia do Sul (ALC China-Japão-Coreia do Sul) e Suíça. Está na fase final de Estudos de Viabilidade de ALC com a Índia e a Coreia do Sul.

Até 1993, a China era um país exportador líquido de petróleo. A necessidade de encontrar abastecimento seguro de energia fez com que a China negociasse acordos sobre petróleo e gás com vários países no Oriente Médio, Norte da África, África Subsaariana, Rússia e Eurásia, Sudeste Asiático, Austrália e Américas.

As agências chinesas de crédito à exportação e garantias, em particular o *China Ex-Im Bank* e o *Sinosure*, estão atualmente desempenhando papel crucial na promoção da rápida expansão do comércio chinês e dos investimentos do país no exterior. O *China Ex-Im Bank*, banco estatal de propriedade exclusiva do governo chinês e agência de crédito oficial do país, é a maior agência de crédito à exportação do mundo. No total, a China concedeu à África Subsaariana US\$ 12,5 bilhões a mais do que o Banco Mundial na última década e emprestou US\$ 67,2 bilhões à região mais pobre do mundo entre 2001 e 2010, em comparação com US\$ 54,7 bilhões concedidos pelo Banco Mundial.³⁰ O Banco de Desenvolvimento da China (BDC), maior instituição de desenvolvimento do mundo em ativos, está destinando mais recursos para a expansão das empresas chinesas no exterior, em particular para projetos de recursos naturais.

Ao contrário do que parece, não é verdade que os investimentos ou empréstimos chineses não tenham exigências a eles vinculadas. Um estudo sobre o financiamento dos bancos chineses na América Latina mostra que os empréstimos chineses têm exigências mais rigorosas do que os do Banco Mundial. Em 2010, o Banco de Desenvolvimento da China emprestou US\$ 20 bilhões à Venezuela em troca de pagamento por meio do envio de petróleo para a China. A China enviou à **Venezuela** 30 consultores, chefiados pelo ex-vice-governador do BDC, por 18 dias com a missão de verificar como a Venezuela entregaria o petróleo e para fazer propostas de reforma da economia do país de modo a assegurar que teria seu dinheiro de volta.³¹ Na África, muitas rebeliões foram deflagradas porque os investidores chineses estavam levando trabalhadores chineses em vez de contratar a mão de obra local. Os produtos chineses baratos também estão inundando os mercados locais.

30 Cohen, Mike "China Exim Lend More to Sub-Saharan Africa than the World Bank – Fitch says", Bloomberg, 28 de dezembro de 2011 <http://www.bloomberg.com/news/2011-12-28/china-exim-loans-to-sub-sahara-africa-exceed-world-bank-funds-fitch-says.html>.

31 Rabinovitch, Simon, "A New Way of Lending", *Financial Times*, 23 de setembro de 2012.

A China está fortalecendo seus investimentos e suas parcerias econômicas com a América Latina. No final de 2012, o comércio entre a China e a América Latina atingiu US\$ 250 bilhões e, desde 2005, a China concedeu mais de US\$ 86 bilhões em empréstimos para países da região.³² Fora os acordos sobre petróleo, como no caso da Venezuela, os tomadores de empréstimos, em troca, também precisam contratar empresas chinesas e comprar equipamentos chineses.

Os bancos chineses já têm normas ambientais realmente muito boas, comparáveis às de seus pares no Ocidente. Contudo, considerando a necessidade urgente de enfrentar as mudanças climáticas e muitos problemas ambientais, essas normas precisam ser implementadas e fortalecidas.

UM MUNDO MULTIPOLAR?

Apesar da enxurrada de números, é um equívoco pensar que a ascensão da China signifique que o país em breve governará o mundo da mesma maneira como fazem os EUA. Os EUA ainda têm a maior economia do mundo e suas forças armadas ainda são as mais poderosas. No entanto, o país está tendo cada vez mais dificuldade para afirmar seu papel hegemônico, como costumava fazer, devido à sua própria crise, à sua crescente dívida interna, aos impactos das invasões do Iraque e do Afeganistão, ainda em guerra, e ao declínio da popularidade do presidente Obama.

A ascensão de novas potências, como os BRICS, não significa necessariamente que eles estejam buscando assumir o antigo papel hegemônico dos EUA. O mais provável é que um mundo multipolar direcione para que uma nova combinação de países líderes defina a economia política mundial junto com os EUA. Também nesse aspecto as economias emergentes ainda desempenham papel de apoio aos EUA e ao Ocidente. As antigas potências ainda mantêm a liderança em muitas arenas políticas e espaços de tomada de decisão, como a ONU, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (apesar da última tentativa de colocar um não americano à frente do Banco Mundial em 2012), assim como no comércio e nos investimentos.³³

32 Gallagher, Kevin, "Latin America playing a risky game by welcoming in the Chinese dragon", *The Guardian*, 30 de maio de 2013.

33 Wade, Robert, "The United States and the World, The Art of Power Maintenance: How Western States Keep the Lead in Global Organisations", *Challenge*, Vol.56. No 1, janeiro/fevereiro 2013, M.E. Sharpe, Inc., pp.5-39.

A China também luta com imensos problemas internos. Os líderes chineses estão constantemente preocupados com a tarefa de encontrar a melhor fórmula de resolver a necessidade de estabilidade e reforma, bem como com a continuidade do sucesso da agenda econômica do país, e o mais importante é que a sobrevivência do Partido e a natureza atual do Estado estão em jogo. É também um equívoco se concentrar no crescimento do PIB da China e da Índia considerando que uma imensa maioria nos dois países vive na pobreza. Outra realidade é a enorme defasagem entre as potências antigas e as novas no que diz respeito a know-how tecnológico, capacidade militar e influência política nos assuntos internacionais³⁴.

A China resumiu os 200 anos de revolução industrial e de esforços de modernização das atuais economias avançadas em três décadas de experimentação rápida, usando uma combinação inusitada de política comunista, experiências desenvolvimentistas de outros países do Leste Asiático e economia capitalista. O paradigma de desenvolvimento baseado no crescimento a qualquer custo que permitiu ao país dar um enorme salto econômico chegou ao seu limite, conforme mostram a crescente degradação do meio ambiente, o aumento da desigualdade e o desequilíbrio econômico.

Os críticos do paradigma asiático de desenvolvimento há muito argumentam que o livre comércio e o neoliberalismo estão levando ao aumento da desigualdade e da pobreza na região, em especial na China e na Índia, apesar do crescimento fenomenal dos dois países. A China e a Índia aparecem em 120^o e 170^o lugares, respectivamente, no índice global de segurança humana. O socialismo de mercado da China, em sua forma moderna, é um sistema predatório, disfuncional e grosseiramente ineficiente, levando a um enorme desperdício e à insustentabilidade.³⁵ O modelo chinês reflete meramente o capitalismo do século XXI, caracterizado pela acumulação em alta velocidade e por poucos, eliminação do acesso da maioria aos recursos e de sua voz na gestão desses recursos. A maioria das análises atuais sobre o papel da China na mudança da economia política global falha ao não inserir o país no contexto da globalização neoliberal.

No contexto do atual debate sobre a crescente pegada ambiental da China em outros países em desenvolvimento, dois aspectos são raramente discutidos: os limites do crescimento e a transição planetária para o baixo consumo de carbono. A ascensão da China foi obtida por meio da importação de recursos naturais e sua reexportação

34 Ju, Zhongwen, "Moving toward multipolar world", *China Daily*, 12 de dezembro de 2010, http://www.chinadaily.com.cn/opinion/2010-08/12/content_11141897.htm.

35 J. Lee, *Will China Fail? The Limits and Contradictions of Market Socialism*, Center for Independent Studies, 2007.

na forma de produtos finais com insumos que agregam valor para consumo em outros países, principalmente no Ocidente. Com efeito, a ascensão da China como fábrica mundial está mantendo os padrões de consumo e produção insustentáveis no mundo desenvolvido. Há também a realidade do poder desenfreado das corporações transnacionais, e as empresas chinesas estão entrando nesse jogo.

Ainda é um desafio para as pequenas organizações independentes da sociedade civil na China entender os problemas que estão além das suas fronteiras. Organização e ações coletivas são feitas, na maior parte, em âmbito local e os protestos contra abusos, pela qualidade do meio ambiente e por condições de trabalho são espontâneas e não são sustentáveis. Porém, são muitas as pessoas que estão adquirindo uma visão de mundo mais crítica quanto às realidades chinesas. É muito importante buscar e desenvolver parcerias para movimentos mundiais com o objetivo de encontrar seus pares progressistas e alternativos dentro da China.

ÁFRICA DO SUL E O BRICS

53

ÁFRICA DO SUL

David Fig

Pesquisador associado honorário da Unidade de Avaliação Ambiental da Universidade da Cidade do Cabo e membro do Instituto Transnacional, Amsterdã.

QUAL É IMPORTÂNCIA DO BRICS NO ATUAL CENÁRIO GEOPOLÍTICO MUNDIAL?

Como membro recém-chegado à composição dos BRICS, a África do Sul ganhou um assento na principal mesa dos países emergentes.³⁶ Os BRICS, e seu antecessor BRIC, surgiram graças à equipe de Jim O'Neill na Goldman Sachs.³⁷ O BRIC não foi inicialmente idealizado como uma organização multilateral, mas seus membros fundadores julgaram conveniente criar uma reunião anual e, a partir desse compartilhamento informal de interesses estratégicos, surgiu uma estrutura mais formal com ideias de institucionalizar o grupo, criar bancos de desenvolvimento, e assim por diante. Essa institucionalização é uma tendência crescente.

MAS, O QUE OS BRICS FARÃO? SERÁ QUE VÃO DEIXAR ALGUM VESTÍGIO NA GEOPOLÍTICA DO PLANETA?

O grupo tem o potencial para ajudar na realização de reuniões de cúpula regulares e na construção de alianças entre seus membros. No longo prazo, isso pode vir a reduzir algumas rivalidades, disputas e divergências de interesses entre seus membros ou apoiá-los em suas disputas com outras partes. Desde os anos 1960, as dificuldades ideológicas da China com a União Soviética (atual Rússia) e com a Índia (guerras de fronteiras) tem mostrado que as novas alianças dentro dos BRICS precisam superar décadas de hostilidade tradicional. A África do Sul tem uma disputa comercial com o Brasil, acusando-o de dumping no mercado de aves.³⁸ Com relação ao investimento estrangeiro direto, os membros do BRICS disputam entre si para obter acesso a matérias-primas e outras oportunidades de negócios.

36 A África do Sul foi aceita como membro em 2010 (ver Smith, 2011).

37 O'Neill, 2001.

38 Organização Mundial do Comércio, 2012.

Apesar de, estritamente falando, os BRICS não poderem falar em nome do “Sul”, o grupo pode dar uma voz mais coerente para a maioria das assim chamadas economias emergentes. Uma questão que continua aberta é como essa voz será expressada, pois não existe escritório designado, porta-voz ou hierarquia. A tendência até agora não tem sido a de fazer pronunciamentos como grupo, a não ser para divulgar resultados de decisões tomadas em reuniões de cúpula. Os BRICS não têm status consultivo em outros fóruns multilaterais e, assim, não pode se representar formalmente, digamos, nas estruturas da ONU.

No entanto, suas reuniões de cúpula possibilitarão que comecem a desenvolver e defender posições em comum e fazer lobby mais coerente com o interesse de seus membros. Algumas das arenas nas quais se espera que o grupo atue incluem a reformulação de instituições multilaterais para garantir mais controle e mais representação dos membros do BRICS. A adesão da África do Sul também tem levantado questões mais profundas sobre a relação entre os países do BRICS e outros países africanos³⁹, consolidando a crescente posição neoimperialista da cada país do BRICS no continente. China, Brasil e África do Sul já começaram a sentir o calor da resistência local às suas presenças diretas em vários países africanos, especialmente nos serviços de mineração e de varejo.⁴⁰

Será que os BRICS estão em posição de desafiar o poder geopolítico das potências industriais tradicionais, especialmente os EUA, os principais atores da União Europeia e o Japão? Uma vez que as configurações do poder global vêm se alterando independentemente da existência dos BRICS, a resposta a essa questão ainda precisa ser totalmente desvendada. A aquisição pela China de uma parte substancial da dívida dos EUA pode impedi-la de querer minar a economia do país, mas também pode buscar apoio entre os BRICS para tornar o renminbi uma nova moeda de reserva.

Sem uma abordagem estratégica consolidada, o impacto organizacional dos BRICS na geopolítica será pequeno.

39 Dube, 2013.

40 Em janeiro de 2012, a empresa brasileira de mineração Vale ganhou o prêmio Public Eye por ser a empresa com o mais “descaso pelo meio ambiente e os direitos humanos” no mundo (Chaudhuri, 2012). A literatura crítica sobre a África do Sul na África é muito grande, mas talvez seja melhor caracterizada por Daniel et al., 2007.

COMO O SEU PAÍS ARTICULA OS BRICS COM OUTROS ESPAÇOS EXISTENTES NO SISTEMA INTERNACIONAL?

Em vários outros fóruns multilaterais, a África do Sul interage com outros membros do BRICS. Em cúpulas globais, todos os membros do BRICS participam do G-20. Na ONU, África do Sul, Brasil e Índia buscam um papel maior e mais permanente no Conselho de Segurança. Os países do BRICS, com exceção da Rússia, criaram uma formação conjunta, BASIC, para participar das negociações da ONU sobre mudança do clima. E há muitas outras instituições com as quais os BRICS interagem.

No entanto, uma das questões-chave resultante da entrada da África do Sul nos BRICS é o que pode acontecer com o IBAS. O IBAS é uma iniciativa trilateral entre Brasil, Índia e África do Sul, criada antes do BRIC, com o propósito de esses três países exercerem algum papel de liderança em relação ao Sul nos assuntos mundiais. O fator comum é que cada um deles é uma democracia constitucional, com o Brasil recuperando seu status de democracia nos anos 1980 e a África do Sul acabando com o governo de minoria branca em 1994.

O estilo IBAS em si é de um “fórum de diálogo” com reuniões e declarações anuais, mas sem uma instituição central. Os negócios do IBAS são realizados no âmbito das instituições governamentais de seus membros. São muitos os comitês trilaterais baseados em funções ou projetos específicos. A cada cúpula há uma reunião paralela de líderes empresariais dos três países. Seus membros doam verbas para um projeto de ajuda ao desenvolvimento em países menos desenvolvidos (Haiti, Palestina, Guiné-Bissau), mas o trabalho é realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).⁴¹

Enquanto o IBAS prevê o fortalecimento da cooperação trilateral em vários níveis práticos, a aliança entre os três países apresenta, em compensação, uma série de problemas. Alguns deles incluem rivalidades em comércio e investimentos. Na prática, em vez de uma solidariedade trilateral vitoriosa, Brasil e Índia fizeram uma aliança com Alemanha e Japão para pressionar por uma melhor representação no Conselho de Segurança na ONU. No caso de promoção conjunta dos agrocombustíveis (especialmente em Moçambique), o Brasil formou uma aliança com a União Europeia e os EUA. Em resumo, a associação ao IBAS não produziu abordagens estratégicas comuns para questões geopolíticas fundamentais, nem consolidou o trabalho do grupo em torno de potenciais interesses comuns como, por exemplo, a promoção da democracia e dos direitos humanos no Sul.

41 Fig, 2012.

À medida que os BRICS se consolidam e institucionalizam, será que o Fórum de Diálogo do IBAS vai se tornar cada vez mais marginalizado e começar a perder sua característica?

O QUE OS BRICS REPRESENTAM PARA O SEU PAÍS? QUE PAPEL O SEU PAÍS DEVERIA DESEMPENHAR NOS BRICS? QUE AGENDAS, INICIATIVAS E PROPOSTAS SEU PAÍS DEVERIA PROMOVER NOS BRICS?

Para a África do Sul, os BRICS representam uma promoção além do merecido. Em todos os critérios que qualificam uma economia emergente a participar dos BRICS (população, área, comércio, PIB), a África do Sul pontua abaixo até mesmo de um grupo intermediário de países mais qualificados que inclui México, Indonésia, Coreia do Sul e Turquia (o MIKT). Jim O'Neill, de início, ficou muito surpreso com o fato de a África do Sul ter sido convidada pela China para ampliar o BRIC.⁴²

Então, o que determinou a qualificação da África do Sul? Uma escola de pensamento tenta argumentar que o BRIC quis incluir um membro africano e que a África do Sul se qualificava como a principal economia do continente. A recém-democrática África do Sul há muito tenta assumir um papel de liderança no continente (por exemplo, a luta recente pela presidência da União Africana) e isso suscitou ainda mais ressentimentos por parte de alguns outros países africanos. Eles veem a África do Sul tentar, juntamente com os demais países do BRICS, promover mais investimentos, comércio e influência política no continente. Nesse sentido, a associação da África do Sul aos BRICS mostra alguma coerência com o papel do resto do grupo.

Outra explicação sobre o papel da África do Sul nos BRICS é facilitar o acesso dos demais membros ao continente, o chamado argumento da "porta de entrada". Isso pressupõe que a África do Sul, em razão da proximidade geográfica e cultural, tem mais penetração na África do que os demais países do BRICS. Certamente, a verdade é que a África do Sul é um ator relativamente novo no continente, em razão de todos os tipos de embargos e boicotes que sofreu durante o apartheid.

Os outros membros do BRICS têm seus próprios meios de acesso aos demais países da África, em razão de democracia e investimento direto, e realmente não parecem precisar da África do Sul como intermediária. O Brasil aproveita seu papel de Estado lusófono

42 Naidoo, 2012.

para ficar mais próximo de Moçambique, Angola e outras antigas colônias portuguesas. A Índia e a China desenvolveram fortes relações bilaterais com vários países africanos e sediam conferências sobre comércio e investimentos para a região com regularidade.

Apesar disso tudo, a China investe pesadamente no setor bancário da África do Sul. Em particular, um de seus mais importantes bancos (Banco Industrial e Comercial da China - ICBC) adquiriu 20% do *Standard Bank of South Africa Ltd*, que está presente em outros 17 países africanos. O Standard Bank também possuía uma cadeia de bancos na Argentina, da qual o ICBC adquiriu em 2012 uma participação de 80%. O ICBC está planejando um empréstimo de US\$ 1 bilhão para o Standard Bank e convidou o banco a participar de uma licitação chinesa para a construção dos próximos seis reatores nucleares da frota da África do Sul.⁴³

Assim, deveria a África do Sul desempenhar o papel de porta de entrada para os outros membros do BRICS onde puder? Mesmo nos lugares em que isso for possível, um papel de intermediário para a África do Sul poderia acabar alienando a maioria dos outros países africanos. De qualquer modo, a África do Sul – mesmo em uma posição menos favorável – está na verdade na maioria das vezes concorrendo com os outros países do BRICS para ampliar sua influência, seus mercados e investimentos para o resto da África.

A própria África do Sul está à mercê da política externa chinesa. Como doadora para os cofres do Congresso Nacional Africano-CNA, a China, por exemplo, foi capaz de influenciar Pretória a manter o Dalai Lama fora do país, mesmo quando fora especificamente convidado para as celebrações do 80º aniversário do arcebispo da Cidade do Cabo, Desmond Tutu.

Desse modo, é pouco provável que a África do Sul (junto com Índia e Brasil) possa agir como paladina da democracia e dos direitos humanos dentro dos BRICS. Essa arena não fará parte da agenda dos BRICS porque é improvável que a África do Sul vá confrontar a China em tais questões.

Um governo mais progressista escolheria tornar universal a questão dos direitos humanos, colocando pressão sobre a China e a Rússia para modificar o seu comportamento. Uma posição mais progressista da África do Sul enfatizaria questões sobre a unidade africana, defenderia responsabilidades corporativas mais rigorosas e se oporia ao poder e comportamento de oligarquias gananciosas no continente, construindo

43 Reuters, 2010.

ao mesmo tempo uma cultura democrática mais sólida. As políticas do governo atual estão muito distantes de uma agenda como essa.

QUAL É O PERFIL E O PAPEL DOS MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DO SEU PAÍS EM RELAÇÃO AOS BRICS?

Até a reunião de cúpula dos BRICS em Durban, em março de 2013, organizações e movimentos sociais tinham muito pouco conhecimento ou experiência sobre o grupo. A reunião chamou a atenção das organizações locais para a realidade da formação dos BRICS.

Think tanks e associações orientados para o Estado foram atraídos a participar do Fórum Acadêmico dos BRICS, enquanto que a liderança empresarial participou do Fórum Empresarial dos BRICS e criou um conselho empresarial do grupo. Esses fóruns visaram dar legitimidade para o projeto dos BRICS.⁴⁴

O mais importante do projeto foi o BRICS *from Below*, uma espécie de contracúpula que ocorreu paralelamente à reunião oficial, da qual participaram mais de 200 representantes de organizações da sociedade civil, a maioria da África do Sul, em Diakonia, um espaço patrocinado pela igreja em Durban. O evento foi organizado por várias organizações locais. A contracúpula criticou as políticas econômicas neoliberais dos BRICS e suas atividades extrativistas exploratórias na África.⁴⁵

Na preparação para a cúpula também houve uma série de reuniões regionais para a sociedade civil, organizadas sob a liderança do Movimento para a Justiça Econômica dos conselhos de igrejas da região sul-africana.⁴⁶

Será necessário um trabalho muito mais sólido e duradouro para alertar os sul-africanos e as formações da sociedade civil africana de modo mais amplo para que desenvolvam uma compreensão coerente dos BRICS e uma postura crítica apropriada.

44 Quinto Fórum Acadêmico do BRICS, 2013a e 2013b; Quinta Cúpula do BRICS, 2013.

45 Ver programa em <http://ccs.ukzn.ac.za/default.asp?11,65,3,2894>.

46 Rede de Justiça Econômica da FOCCISA, 2013.

COMO OS MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS TÊM PARTICIPADO EM SEU PAÍS NO QUE DIZ RESPEITO AOS BRICS? EXISTEM ESPAÇOS FORMAIS OU INFORMAIS PARA PARTICIPAÇÃO? EM CASO AFIRMATIVO, DESCREVA-OS.

Os espaços para a participação em reuniões formais e paralelas dos BRICS são limitados, embora algumas autoridades do governo sul-africano tenham expressado a esperança de que poderá ser criado um espaço para a participação da sociedade civil. Enquanto isso, a participação é restrita aos fóruns que promovem uma atitude acrítica com relação à organização, apoiando seus planos para um Banco de Desenvolvimento e aprovando resoluções anódinas em apoio dos governos.

Uma estratégia seria as organizações progressistas da sociedade civil criarem seu próprio fórum BRICS, para atuar como um órgão mais crítico com relação às reuniões de cúpulas formais. Isso poderia fazer o papel de uma contracúpula, como se tentou na reunião em Durban. Para ser eficaz, deveria ter fortes delegações de cada país-membro, bem como não-membros (como alguns representantes de países africanos afetados).

Como não deve ser fácil se infiltrar no Fórum Empresarial, os participantes da sociedade civil poderiam criar um contrafórum para expor o mau comportamento das empresas com sede nos países do BRICS. A adesão à Campanha Global *"Dismantle Corporate Power and Stop Impunity"* [Desmantelar o Poder Corporativo e Acabar com a Impunidade] poderia ser uma opção.

O Fórum Acadêmico é uma estrutura que poderia ser pensada pelos estudiosos mais críticos e cuja agenda pode vir a refletir uma posição mais engajada.

Na China e na Rússia, onde as oportunidades de participação crítica da sociedade civil são limitadas, seria preciso recorrer aos participantes de suas respectivas diásporas.

QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS DESAFIOS RELACIONADOS À PARTICIPAÇÃO NO SEU PAÍS?

Embora, por vezes, o Estado tenha procurado tornar a vida mais difícil e burocrática para a sociedade civil, em geral, a natureza robusta e diversificada da sociedade civil é uma característica notável da democracia do país. Muitas vezes caracterizada por respostas fracas e desprovidas de estratégia para questões-chave, a sociedade civil sul-africana também produziu uma série de histórias de sucesso e pode valer-se da longa postura antiapartheid que impulsionou sua experiência e trajetória. O grande desafio contemporâneo seria transmitir a importância do ativismo em torno da formação dos BRICS em um contexto no qual as questões básicas de pobreza e desenvolvimento são o foco principal e consideradas mais urgentes. No entanto, como a sociedade civil amadureceu, tem sido capaz, mais facilmente, de fazer conexões com as questões globais de justiça econômica e ambiental. A globalização - propagação mundial do capitalismo neoliberal - ressaltou a necessidade de uma resposta vigorosa e a sociedade civil sul-africana tem se mostrado à altura desse desafio.

REFERÊNCIAS

Chaudhuri, Saabira. 2012. 'Prêmio, "Public Eye", outorgado à Companhia de Mineração Vale', *The Guardian* (Londres), 27 de janeiro.

Daniel, John, Jessica Lutchman e Alex Comninos. 2007. 'África do Sul na África: Tendências e Previsões de Economia Política em Mudança', pp. 508-532 em Buhlungu, Sakhele, John Daniel, Roger Southall e Jessica Lutchman (ed.), *Estado Da Nação: África do Sul 2007*. Cape Town: HSRC Press.

Dube, Memory. 2013. *Cúpula dos BRICS-2013: Estratégias da Adesão da África do Sul*, Policy Briefing 62, Programa de Diplomacia Econômica. Johannesburg: Instituto Sul Africano para Assuntos Internacionais.

Rede de Justiça Econômica da Sociedade dos Conselhos Cristãos na África Austral. 2013. Reunião de Estratégia da Sociedade Civil dos BRICS sobre as Perspectivas da Sociedade Civil e Resposta: *Relatório sobre Procedimentos*, Durban, 23 e 24 de março. Cape Town: EJA of FOCCISA.

Quinto Fórum Acadêmico dos BRICS. 2013a: *Os BRICS e a África - Parceria para Desenvolvimento, Integração e Industrialização*. Pretoria: Departamento de Ensino Superior.

Quinto Fórum Acadêmico dos BRICS. 2013b *Recomendações*: Durban, 11-12 de março (www.safpi.org/news/article/2013/brics-academic-forum-recommendations download feito em 14 de julho de 2013).

Quinta Reunião de Cúpula dos BRICS. 2013. *Declaração Conjunta do Fórum Empresarial do BRICS 2013*, Durban, 26 de março (www.brics5.co.za/joint-statement-of-the-brics-business-forum-2013 download feito em 14 de julho de 2013).

Fig, David. 2012. 'Colaboração Científica, Agrícola e Ambiental, Forum de Diálogo IBAS, 2003-2010', pp. 291-311, Sujata Patel e Tina Uys (orgs), *Índia e África do Sul Contemporâneas: Legados, Identidades e Dilemas*. Nova Délhi: Routledge.

Naidoo, Sharda. 2012. 'Presença da África do Sul "Diminui o BRICS"', Mail & Guardian (Johannesburg), 23 de março (www.mg.co.za/article/2012-03-23-sa-presence-dra-gs-down-brics, download feito em 14 de julho de 2013).

O'Neill, Jim. 2001. *Construção de uma Melhor Economia Global-BRICS*. Global Economics Paper No. 66, 30 de novembro, Londres: Goldman Sachs & Co. Reuters. 2010. 'Standard Bank, Chinese to Go Nuclear', *Fin24*, 27 de agosto (www.fin24.co.za/Companies/Standard-Bank-Chinese-to-go-nuclear download feito em 14 de julho de 2013).

Smith, Jack A. 2011. 'BRIC becomes BRICS: Mudanças no Tabuleiro de Xadrez da Geopolítica.' *Foreign Policy Journal*, 21 de janeiro (www.foreignpolicyjournal.com/2011/1/21/bric-becomes-brics-changes-in-the-geopolitical-chessboard/2/, download feito em 14 de julho de 2013).

Organização Mundial do Comércio (OMC). 2012. *África do Sul – Direitos Anti-Dumping sobre Carne de Aves Congelada do Brasil: Solicitação de Consulta do Brasil*. Documento G/ADP/D92/1; G/L/990; WT/DS439/1, 25 de junho. Genebra, OMC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os textos desta publicação, escritos por parceiros de países que integram os BRICS, trataram de identificar percepções existentes sobre o papel do bloco na geopolítica e na governança global, sobre como seus governos se inserem na dinâmica dos BRICS e quais os desafios a serem enfrentados pela sociedade civil na disputa dos rumos futuros desse agrupamento de nações.

As contribuições dos parceiros revelam que, embora haja especificidades de análise relacionadas à trajetória de cada país, muito há em comum acerca das percepções sobre os BRICS. Cada membro do bloco traz uma história distinta de inserção no sistema internacional, de funcionamento de alianças entre si e em suas regiões, de dinâmica de suas economias e interesses geopolíticos. Porém, há também muitos pontos compartilhados.

Uma primeira importante constatação presente nas contribuições é sobre a dificuldade de os BRICS constituírem um projeto estratégico devido à ampla heterogeneidade e às assimetrias existentes entre seus membros. Embora algumas contribuições assinalem convergências em termos de agendas e interesses comuns, quase todas reconhecem que as diferenças econômicas e políticas são um obstáculo para a constituição de um projeto de maior fôlego e organicidade. A área de maior convergência é, sem dúvida, a de atuação comum no enfrentamento da crise global e de tentativa do bloco de se tornar um ator de peso na reforma das instituições financeiras multilaterais e do bem sucedido alargamento do G7/G8 para se tornar o G20. Um dos textos do Brasil argumenta que a coalizão começou a ser gestada bem antes de seu anúncio formal, com alguns antecedentes que incluem a formação do G20 comercial na reunião ministerial da OMC em Cancún, México, em 2003. Os textos trazem uma avaliação comum de que a forte atuação nesta frente tornou-se possível devido ao vazio deixado pelas potências tradicionais em declínio. Ou seja, com algumas nuances entre as abordagens, o ponto em comum mais claro entre os textos dos parceiros é a percepção de que é a crise de hegemonia no sistema internacional que torna possível a articulação de interesses econômicos, políticos e de enfrentamento da crise global, porém não estratégicos, entre os membros dos BRICS. Todos reconhecem também que a criação do banco dos

BRICS é a iniciativa mais substancial até o momento e que aponta para ações concretas no sentido da disputa de um lugar de peso do bloco na ordem global.

Os textos identificam o interesse dos BRICS em alterar a correlação de forças na governança global e, ao mesmo tempo, apontam o papel do bloco na manutenção estrutural do sistema-mundo capitalista vigente. A contribuição referente à China discute o tema, indicando que nem a China nem o bloco pretendem assumir o papel hegemônico dos EUA; o mais provável é que o mundo multipolar que se desenha venha a ser de uma governança guiada por uma combinação de novos atores junto com os EUA, cuja economia, apesar de sérios problemas, continua a maior do planeta e cujo arsenal militar ainda é o mais poderoso.

A discussão sobre o caráter 'sub-imperialista' dos BRICS, em especial da China, ou 'neoimperialista', conforme assinala o texto da Índia referindo-se ao papel do bloco na África, está presente em diversas contribuições, no sentido do papel complementar ao das potências tradicionais desempenhado por alguns países do bloco, ao invés de uma diferenciação de agenda em relação às potências do Norte. Como assinala sobre a China, "Para os países do Sul, a pergunta mais importante sobre o desafio que a China representa para os EUA e outras potências tradicionais é se essa rivalidade está tornando os outros países em desenvolvimento mais prósperos e estáveis ou se está levando a uma "corrida para o fundo do poço" mais trágica entre os mais fracos". A contribuição da Rússia enfatiza a natureza semiperiférica e estruturalmente dependente que caracteriza o lugar dos países dos BRICS na divisão internacional do trabalho no sistema-mundo capitalista, onde cada membro do bloco é provedor de recursos que determinam seu lugar estrutural no sistema. Somado a isso, o texto da África do Sul aponta importantes questões sobre a relação entre o ingresso do país no bloco e o papel exercido pelos BRICS na África: "A adesão da África do Sul também tem levantado questões mais profundas sobre a relação entre os países do BRICS e outros países africanos, consolidando a crescente posição neoimperialista da cada país do BRICS no continente. China, Brasil e África do Sul já começaram a sentir o calor da resistência local às suas presenças diretas em vários países africanos, especialmente nos serviços de mineração e de varejo".

Alguns textos discutem a relação entre os BRICS e o IBAS. A contribuição da África do Sul ressalta o temor de que a consolidação dos BRICS resulte em um enfraquecimento da razão de existir do IBAS que, por se tratar de um bloco cujo fator comum é ser formado por três democracias, poderia ter consolidado sua atuação na promoção da democracia e dos direitos humanos no Sul. Já um dos textos do Brasil argumenta que o IBAS seria o "grupo do andar de baixo" que, em seguida, caminhará para o "andar de cima"

com Rússia e China (membros do Conselho de Segurança da ONU) e que alavancaria a capacidade de incidência coletiva sobre agendas econômico-financeiras de maior impacto no sistema internacional.

Outra discussão presente nos textos é sobre a adoção ou diferenciação em relação ao modelo de política neoliberal. A contribuição da Rússia argumenta que os países do bloco mantêm-se dentro dos marcos do neoliberalismo, embora reconheça que não sejam ortodoxos e que suas políticas econômicas e sociais combinam abordagens de livre mercado com elementos de redistribuição social e intervenção estatal. Um dos textos do Brasil enfatiza a centralidade adotada pelos membros do bloco acerca do papel do Estado em contraposição ao receituário neoliberal. Já no caso da China, o estabelecimento de acordos de livre comércio, orientados pelo modelo de políticas de privatização dos anos 1990, é adotado pelo país em busca de fontes de energia e outros recursos naturais para serem convertidos em produtos manufaturados, para expandir suas exportações e manter o modelo de desenvolvimento que busca alimentar as altas taxas de crescimento econômico ainda que as mesmas sigam aprofundando as desigualdades e a pobreza.

As diferenças entre os países que integram o bloco são discutidas nos textos a partir de diversas abordagens. Alguns assinalam as dificuldades de se gerar coesão devido a assuntos e pendências regionais entre os membros, como entre Índia e China, ou do papel exercido por cada membro dentro de suas próprias regiões, como o caso da África do Sul. Outros ressaltam as abissais discrepâncias entre modelos políticos, onde os integrantes do bloco incluem desde democracias em expansão até regimes autoritários, o que constitui um sério obstáculo à consolidação do bloco. As diferenças econômicas também são registradas nos textos, tanto no que se refere ao imenso peso econômico relativo da China sobre os demais países, quanto em relação às diferenças de visões e interesses sobre a criação do banco dos BRICS.

O caminho para Fortaleza, onde será realizada em 2014 a próxima Cúpula de Presidentes, aponta que o debate sobre a criação do banco dos BRICS será um dos principais focos da agenda. Como assinala o texto da Índia, "Outra área de preocupação é que os BRICS, ao mesmo tempo em que tentam se posicionar como "protetores dos pobres e vulneráveis" e projetar o Banco dos BRICS como uma instituição para tratar dos problemas dos países pobres, têm uma agenda aparentemente semelhante à de todos os outros bancos de desenvolvimento multilaterais existentes. Isso é agravado pelo sigilo e pela falta de envolvimento das organizações da sociedade civil nas discussões das reuniões de cúpula dos BRICS em geral e em especial às vésperas da formação do banco. Isso também fez soar o sinal de alarme entre vários grupos comunitários, principal-

mente aqueles que mantiveram e continuam a manter uma longa e antiga batalha com grandes projetos de infraestrutura financiados pelo Banco Asiático de Desenvolvimento e pelo Banco Mundial, entre outros. Dessa forma, parece que a agenda do Banco dos BRICS é muito semelhante à das instituições de Bretton Woods.”

Talvez uma passagem da contribuição da Rússia indique que haja uma sintonia subjacente às análises aqui publicadas, que foram escritas antes da eclosão de mobilizações nas ruas do Brasil: “Não importa quão diferentes sejam as situações específicas nos países do BRICS, eles têm em comum um problema no contexto do ataque global ao Estado de Bem-Estar Social e às suas instituições. Mas o potencial para o desenvolvimento social que, ou permanece sem uso ou foi destruído, é assim transformado em potencial da sociedade para resistência ao neoliberalismo. E esse fator faz dos países do BRICS um lugar onde as pré-condições objetivas para as alternativas anticapitalistas estão emergindo. Esse grupo de países pode se transformar em uma força de oposição à ordem neoliberal, mas apenas na condição de mudança social interna em cada um deles. Infelizmente, isso só acontece quando as sociedades superam sua própria fraqueza e seu próprio controle autoritário. A menos que isso aconteça, a aliança dos BRICS não tem a perspectiva de se tornar uma força global capaz de mudar a ordem mundial”.

Os textos assinalam a imensa carência de debate sobre os BRICS e a necessidade de ampliação da participação social no interior dos países que compõem o bloco. Os diagnósticos e desafios apontados pelas reflexões dos parceiros são uma contribuição fundamental neste sentido e para a construção do processo que culminará nas atividades da sociedade civil durante a Cúpula dos BRICS em Fortaleza, Brasil, em 2014. Esperamos que esta publicação contribua para que, ao contrário dos governos dos países membros, as organizações e movimentos sociais dos BRICS avancem de modo cada vez mais consistente rumo a uma visão estratégica sobre o futuro que queremos para as nossas sociedades.

ANEXOS

TABELA 1

**BRICS: TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO DO PIB REAL,
1980-2015 (PERCENTUAL)**

	1980- 1990	1990- 2000	2001- 2005	2006	2007	2008	2009	2010	2015*
BRASIL	2,8	2,9	2,8	3,7	5,7	5,1	-0,2	7,5	4,1
RÚSSIA	-	-4,7	6,2	7,4	8,1	5,6	-7,9	3,7	5,0
ÍNDIA	5,8	6,0	6,9	9,8	9,3	7,3	6,5	9,7	8,1
CHINA	10,3	10,4	9,6	11,6	13,0	9,0	8,7	10,3	9,5
ÁFRICA DO SUL	1,6	2,1	4,0	5,4	5,1	3,1	-1,8	2,8	2,8
PAÍSES DESEN- VOLVIDOS	3,1	2,8	1,9	2,8	2,5	0,8	-3,2	3,0	2,3

Fonte: UNCTAD (2010) para os dados do período 1980-2008 e FMI (2011) para o período 2009-2015. Visite <http://unctadat.unctad.org/ReportFolders/reportFolders.aspx> (acessado em 15 de março de 2011).

Nota: * Estimativa.

TABELA 2

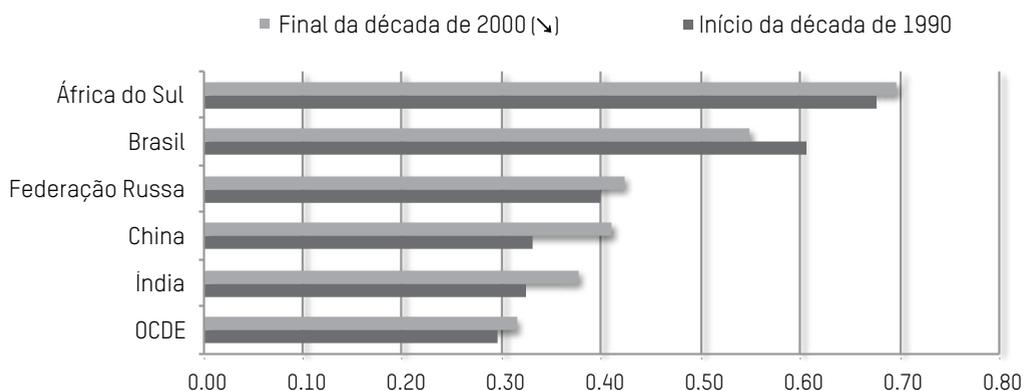
**BRICS: COMÉRCIO EXTERIOR (EM MILHÕES DE US\$ ATUAIS)
E PARTICIPAÇÃO DO PIB (PERCENTUAL)**

EXPORTAÇÕES + IMPORTAÇÕES					
PAÍSES	1970	1980	1990	2000	2010
BRASIL	8.719	25.412	61.212	113.762	393.379
CHINA	4.833	38.919	114.71	474.227	2.972.960
ÍNDIA	4.792	28.839	51.144	93.941	540.489
RÚSSIA	-	-	349.249	136.973	627.323
ÁFRICA DO SUL	8.352	50.411	48.6	56.782	161.953

Fonte: Nações Unidas (2010); Banco Mundial (2011).

QUADRO 3

**MUDANÇA NOS NÍVEIS DE DESIGUALDADE
INÍCIO DA DÉCADA DE 1990 VS. FINAL DA DÉCADA DE 2000
COEFICIENTE DE GINI DA RENDA FAMILIAR**



“Quadro retirado de Courtney Ivins - “Questões da Desigualdade - informativo sobre desigualdades nos países BRICS, BRICS Policy Center e Oxfam, s/d.

Fonte: Banco de dados da OCDE-UE sobre economias emergentes e indicadores de desenvolvimento mundial do Banco Mundial. *OECD Divided We Stand*, 2011. Acessado em: <http://dx.doi.org/10.1787/888932535432>.

1. Os números do início da década de 1990 em geral referem-se a 1993, ao passo que os números do fim da década de 2000 em geral referem-se a 2008.
2. Os coeficientes de Gini baseiam-se na renda equalizada dos países da OCDE e na renda *per capita* de todas as economias emergentes (EEs), exceto no caso da Índia e Indonésia, para as quais se usou o consumo *per capita*.